

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	28
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	81

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	87

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2020	Dividendo	28/12/2020	Ordinária		0,48169
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2020	Dividendo	28/12/2020	Preferencial		0,52985
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2020	Ordinária		1,26818
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2020	Preferencial		1,39499

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	1.686.286	1.491.187
1.01	Ativo Circulante	115.198	111.201
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.713	28.451
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.956	10.905
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.956	10.905
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	95.529	71.845
1.01.08.03	Outros	95.529	71.845
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	87.177	71.817
1.01.08.03.02	Outros Créditos	8.352	28
1.02	Ativo Não Circulante	1.571.088	1.379.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.914	160.819
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.436	23.341
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	23.436	23.341
1.02.02	Investimentos	1.404.963	1.213.703
1.02.02.01	Participações Societárias	1.404.963	1.213.703
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	101.203	93.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.209.998	1.028.428
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	93.762	91.440
1.02.03	Imobilizado	16	18
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16	18
1.02.04	Intangível	5.195	5.446
1.02.04.01	Intangíveis	5.195	5.446
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.195	5.446

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	1.686.286	1.491.187
2.01	Passivo Circulante	69.876	79.525
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.184	632
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.184	632
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	1.184	632
2.01.02	Fornecedores	526	1.028
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	526	1.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	233	9.855
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	102	9.851
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	94	4.279
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	8	5.572
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	131	4
2.01.05	Outras Obrigações	67.933	68.010
2.01.05.02	Outros	67.933	68.010
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	67.682	67.683
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	251	327
2.02	Passivo Não Circulante	4.566	4.538
2.02.04	Provisões	4.566	4.538
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.583	1.555
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	309	292
2.02.04.01.05	Provisões Ambientais	11	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.983	2.983
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	2.983	2.983
2.03	Patrimônio Líquido	1.611.844	1.407.124
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.521.681	1.521.681
2.03.04.01	Reserva Legal	170.374	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.351.307	1.351.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	205.002	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.455.155	-1.454.873

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	55.728	199.711	46.262	118.651
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.850	-9.353	-7.384	-13.467
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	1.642	1.149
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-502	-1.019	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.080	210.083	52.004	130.969
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	55.728	199.711	46.262	118.651
3.06	Resultado Financeiro	4.957	5.009	192	473
3.06.01	Receitas Financeiras	4.974	5.044	214	511
3.06.02	Despesas Financeiras	-17	-35	-22	-38
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.685	204.720	46.454	119.124
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.685	204.720	46.454	119.124
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	60.685	204.720	46.454	119.124
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,48460	5,00830	1,13650	2,91430
3.99.01.02	PN	1,63310	5,50920	1,25010	3,20570
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,48460	5,00830	1,13650	2,91430
3.99.02.02	PN	1,63310	5,50920	1,25010	3,20570

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	60.685	204.720	46.454	119.124
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.685	204.720	46.454	119.124

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-22.466	-16.682
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.348	-12.997
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	204.720	119.124
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	987	1.002
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-210.083	-130.969
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	0	-19
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	28	-2.135
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.118	-3.685
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-51	-107
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	-8.324	174
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-95	-3.071
6.01.02.04	Fornecedores	-502	-652
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	499	22
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-9.622	9
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-23	-60
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.729	32.748
6.02.04	Dividendos Recebidos	2.729	32.748
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	-16.945
6.03.02	Dividendos Pagos	-1	-16.945
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.738	-879
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.451	16.763
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.713	15.884



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.002	-282	204.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.720	0	204.720
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	282	-282	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.521.681	205.002	-1.455.155	1.611.844

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	27	0	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	119.406	-282	125.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.124	0	119.124
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	282	-282	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	119.406	-842.508	1.926.266

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.919	-75
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.919	-75
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.919	-75
7.04	Retenções	-987	-1.002
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-987	-1.002
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.906	-1.077
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	215.127	131.480
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	210.083	130.969
7.06.02	Receitas Financeiras	5.044	511
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	211.221	130.403
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	211.221	130.403
7.08.01	Pessoal	5.985	10.678
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.324	10.297
7.08.01.02	Benefícios	370	133
7.08.01.03	F.G.T.S.	291	248
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	337	402
7.08.02.01	Federais	173	257
7.08.02.02	Estaduais	7	5
7.08.02.03	Municipais	157	140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179	199
7.08.03.02	Aluguéis	144	161
7.08.03.03	Outras	35	38
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.720	119.124
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.720	119.124

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	10.150.574	9.498.257
1.01	Ativo Circulante	3.609.922	2.358.072
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	926.405	566.181
1.01.03	Contas a Receber	1.461.854	1.421.771
1.01.03.01	Clientes	1.271.922	1.258.367
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.849.070	1.819.342
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-577.148	-560.975
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	189.932	163.404
1.01.04	Estoques	14.073	14.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	806.407	68.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	806.407	68.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	401.183	286.845
1.01.08.03	Outros	401.183	286.845
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	9.533	7.114
1.01.08.03.04	Outros Créditos	143.262	193.898
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	162.185	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	32.967	32.597
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	53.236	53.236
1.02	Ativo Não Circulante	6.540.652	7.140.185
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.532.994	3.261.941
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.04	Contas a Receber	38.711	49.227
1.02.01.04.01	Clientes	149.968	159.297
1.02.01.04.02	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	3.357	4.544
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.018.551	1.004.094
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.018.551	1.004.094
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.338.254	2.071.142
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	402.640	1.092.845
1.02.01.10.04	Dépósitos Judiciais	195.350	171.054
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	482.764	525.964
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	0	12.678
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	257.500	258.113
1.02.01.10.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	10.000
1.02.01.10.09	Créditos com Investidas	0	488
1.02.02	Investimentos	268.115	246.572
1.02.02.01	Participações Societárias	268.115	246.572
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	174.353	155.132
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	93.762	91.440
1.02.03	Imobilizado	182.674	174.796
1.02.04	Intangível	3.556.869	3.456.876
1.02.04.01	Intangíveis	3.556.869	3.456.876
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.549.320	3.448.815

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	7.549	8.061

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	10.150.574	9.498.257
2.01	Passivo Circulante	2.992.848	2.427.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	262.738	212.148
2.01.01.01	Obrigações Sociais	262.738	212.148
2.01.02	Fornecedores	771.015	996.725
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	771.015	996.725
2.01.03	Obrigações Fiscais	407.838	209.296
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	291.567	63.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	115.643	11.744
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	174.360	45.183
2.01.03.01.03	Outros	1.564	6.473
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	114.751	144.156
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.520	1.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.091.908	488.756
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	988.414	383.623
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	983.725	377.317
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.689	6.306
2.01.04.02	Debêntures	103.494	105.133
2.01.05	Outras Obrigações	315.131	344.237
2.01.05.02	Outros	315.131	344.237
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	67.682	67.683
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	150.306	166.014
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	25.142
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	97.143	85.398
2.01.06	Provisões	144.218	176.528
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	144.218	176.528
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	144.218	176.528
2.02	Passivo Não Circulante	5.545.882	5.663.443
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	979.903	1.172.820
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	761.518	904.008
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	253.746	435.718
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	507.772	468.290
2.02.01.02	Debêntures	218.385	268.812
2.02.02	Outras Obrigações	1.362.042	1.302.849
2.02.02.02	Outros	1.362.042	1.302.849
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	74.551	48.186
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	185.077	189.425
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - CVA	21.074	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.081.340	1.065.238
2.02.03	Tributos Diferidos	20.883	19.596
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.883	19.596
2.02.04	Provisões	3.183.054	3.168.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.872.332	2.862.293
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.640	9.641
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	59.244	60.123
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.661.884	2.661.948

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	141.564	130.581
2.02.04.02	Outras Provisões	310.722	305.885
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	308.718	303.762
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.004	2.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.611.844	1.407.124
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.521.681	1.521.681
2.03.04.01	Reserva Legal	170.374	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.351.307	1.351.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	205.002	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.455.155	-1.454.873

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.972.013	4.081.806	1.782.205	3.914.342
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.596.869	3.643.192	1.811.936	4.080.387
3.01.02	Receita de Construção	115.718	222.783	132.515	248.025
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	260.298	215.420	-163.540	-416.673
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	-872	411	1.294	2.603
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.745.723	-3.535.849	-1.565.529	-3.427.706
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.397.901	-2.912.972	-1.247.081	-2.827.466
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.665	-6.573	-2.415	-5.331
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-228.439	-393.521	-183.518	-346.884
3.02.04	Custo de Construção	-115.718	-222.783	-132.515	-248.025
3.03	Resultado Bruto	226.290	545.957	216.676	486.636
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.230	-231.612	-121.762	-239.233
3.04.01	Despesas com Vendas	-52.816	-105.324	-65.812	-118.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-102.838	-191.356	-94.377	-182.204
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.372	45.420	19.777	36.391
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.052	19.648	18.650	24.844
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	87.060	314.345	94.914	247.403
3.06	Resultado Financeiro	49	-8.519	-29.920	-56.110
3.06.01	Receitas Financeiras	51.621	93.873	55.183	130.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.572	-102.392	-85.103	-186.161
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	87.109	305.826	64.994	191.293
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.424	-101.106	-18.540	-72.169
3.08.01	Corrente	-49.545	-114.277	-20.942	-70.226
3.08.02	Diferido	23.121	13.171	2.402	-1.943
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.685	204.720	46.454	119.124
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	60.685	204.720	46.454	119.124
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.685	204.720	46.454	119.124
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				



DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,48460	5,00830	1,12310	2,91430
3.99.01.02	PN	1,63310	5,50920	1,23540	3,20570
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,48460	5,00830	1,12310	2,91430
3.99.02.02	PN	1,63310	5,50920	1,23540	3,20570

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	60.685	204.720	46.454	119.124
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	60.685	204.720	46.454	119.124
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.685	204.720	46.454	119.124

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	160.571	193.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	417.718	323.840
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	305.826	191.293
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	119.191	111.859
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-19.648	-24.844
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-16.921	-22.331
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	95.036	100.623
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-92.829	-69.545
6.01.01.09	Juros Pagos	-55.482	-57.711
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	30.780	23.881
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	14.940	28.622
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	21.037	24.250
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-411	-2.603
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	16.173	20.297
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	26	49
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-257.147	-130.691
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	-434.274	370.559
6.01.02.03	Contas a Receber	-46.927	68.508
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-47.623	-1.139.143
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-24.296	-35.813
6.01.02.07	Estoques	623	-4.270
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	51.824	-49.101
6.01.02.11	Fornecedores	-225.710	-133.970
6.01.02.12	Tributos a Recolher	177.094	32.821
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	76.955	-16.266
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-24.410	-279.021
6.01.02.15	Passivo Financeiro - CVA	297.863	64.569
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	0	1.075.627
6.01.02.17	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	0
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-80.011	-78.402
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	11.745	-6.789
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-208.340	-219.590
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-203.780	-223.540
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-9.801	-220
6.02.05	Dividendos Recebidos	5.241	4.170
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	407.993	84.790
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-66.239	-160.984
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	525.213	371.562
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-1	-16.945
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-50.980	-108.843
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	360.224	58.349
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	566.181	698.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	926.405	756.409

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	205.002	-282	204.720	0	204.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	204.720	0	204.720	0	204.720
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.521.681	205.002	-1.455.155	1.611.844	0	1.611.844

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27	0	27
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	27	0	0	27	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	119.406	-282	125.383	0	125.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.124	0	119.124	0	119.124
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	282	-282	6.259	0	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	119.406	-842.508	1.926.266	0	1.926.266

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.01	Receitas	6.449.453	6.492.436
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.167.628	6.200.711
7.01.02	Outras Receitas	75.215	63.997
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	222.783	248.025
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.173	-20.297
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.293.522	-3.253.636
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.969.028	-2.888.847
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.711	-116.764
7.02.04	Outros	-222.783	-248.025
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-222.783	-248.025
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.155.931	3.238.800
7.04	Retenções	-119.191	-111.859
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-119.191	-111.859
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.036.740	3.126.941
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	113.521	154.895
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.648	24.844
7.06.02	Receitas Financeiras	93.873	130.051
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.150.261	3.281.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.150.261	3.281.836
7.08.01	Pessoal	416.172	351.423
7.08.01.01	Remuneração Direta	358.491	295.333
7.08.01.02	Benefícios	44.126	42.839
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.555	13.251
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.414.992	2.613.604
7.08.02.01	Federais	1.279.374	1.397.761
7.08.02.02	Estaduais	1.130.815	1.211.628
7.08.02.03	Municipais	4.803	4.215
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	114.377	197.685
7.08.03.01	Juros	4.031	20.189
7.08.03.02	Aluguéis	11.985	11.524
7.08.03.03	Outras	98.361	165.972
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	10.172	28.222
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	88.189	137.750
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	204.720	119.124
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.720	119.124

## 1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no segundo trimestre de 2020 chegaram a R\$266.452 ante R\$258.978 em 2019, sendo 2,89% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	30.06.2020		30.06.2019		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
<b>Distribuição de Energia Elétrica</b>	<b>245.568</b>	<b>92,16%</b>	<b>258.090</b>	<b>99,66%</b>	<b>-4,85%</b>
Recursos Próprios	193.185	-	214.021	-	-
Participação Financeira do Consumidor	52.383	-	44.069	-	-
<b>Geração de Energia Elétrica</b>	<b>20.884</b>	<b>7,84%</b>	<b>888</b>	<b>0,34%</b>	<b>2251,80%</b>
Participações Societárias	10.289	-	220	-	-
Parque Gerador Próprio	10.595	-	668	-	-
<b>Total</b>	<b>266.452</b>	<b>100%</b>	<b>258.978</b>	<b>100%</b>	<b>2,89%</b>

Do total investido, o maior volume de R\$245.568 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$193.185 foram com recursos próprios (sendo R\$167.250 em materiais e serviços, R\$25.935 em mão de obra própria) e R\$52.383 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$9.344 foram aplicados na aquisição de equipamentos Hidromecânicos, Turbinas, Geradores, Projeto Civil, Ambiental, Elétrico e Mecânico, Mobilização e Canteiro de obras, Fabricação do Elevador da Usina Celso Ramos; R\$681 se referem à aquisição de Turbina Hidráulica e Manutenção da Usina Salto; R\$241 foram aplicados na Automação da US Rio dos Cedros (Sistema de exaustão, ventilação e ar); R\$75 foram empregados no Serviço de engenharia consultiva da US Caveiras; R\$22 foram aplicados nas Obras de manutenção e sonda de pressão hidrostática da Usina Bracinho; e R\$10 foram aplicados na Esteira porta Cabos, Guia Porta cabos, sensor de pressão submersível da Usina Pery.

## 2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2020 com valorização expressiva de 30,17%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica apresentou valorização de 21,09% no mesmo período.

Nesse mesmo período as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 12,04%, enquanto as ações preferenciais – PN apresentaram valorização de 8,3%.

O tabela a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2020 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	30.06.2020	2º TRI 2020	Em 12 meses
<b>Celesc PN</b>	R\$ 53,50	8,30%	12,68%
<b>Celesc ON</b>	R\$ 51,90	12,04%	-8,90%
<b>IBOVESPA</b>	95.056	-17,80%	-5,85%
<b>IEE</b>	70.160	-8,44%	9,91%

Variações percentuais com ajuste a proventos

## 3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2020, conforme demonstrado acima, são: R\$51,90 (cinquenta e um reais e noventa centavos) para cada ação ordinária – ON (CLSC3) e R\$53,50 (cinquenta e três reais e cinquenta centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2020 está apresentada no organograma a seguir:

## Comentário do Desempenho

### ESTRUTURA ACIONÁRIA E SOCIETÁRIA DA CELESC

junho/2020

ESTADO SC	EDP ENERGIAS	ELETROBRAS	CELOS	GF LPPAR FIA	ALASKA POLAND FIA	OUTROS
50,18% ON	33,11% ON	0,03% ON	8,63% ON	2,96% ON	0,00% ON	5,09% ON
0,00% PN	20,12% PN	17,98% PN	1,00% PN	15,00% PN	14,42% PN	31,48% PN
20,20% T	25,35% T	10,75% T	4,07% T	10,15% T	8,61% T	20,86% T



FREE FLOAT  
75%

O = Ordinárias  
P = Preferenciais  
T = Total

100,0% T	100,0% T	51,0% O 0,0% P 17,0% T	23,0% T	30,9% T	40,0% T	15,5% O 15,5% P 15,5% T
Celesc Distribuição	Celesc Geração	SCGÁS	DFESA	ECTE	CUBATÃO*	CASAN
		26,0% Cia Energética Rio das Flores		100,0% ETSE		
		32,5% Rondinha Energética				
		40,0% Xavanina Energética				
		49,0% Garça Branca				
		10,0% EDP Transmissão Aliança SC				

\* Não operacional/ Projeto em desenvolvimento

## 4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o segundo trimestre de 2020, com um quadro funcional de 3.365 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 1,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.322 empregados).

## 5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Companhia apresentou um Lucro Líquido acumulado, em 30 de junho de 2020, no valor de R\$204.720, representando um crescimento de aproximadamente 71,85% se comparado ao mesmo período de 2019, cujo valor foi de R\$119.124.

A Receita Operacional Bruta – ROB, no valor de R\$6,4 bilhões, teve uma redução de 0,94%, sobretudo, pelo reajuste tarifário médio anual negativo de 7,8%, ocorrido na Celesc D em agosto de 2019, que reduziu sobremaneira a receita de fornecimento de energia elétrica. A Receita Operacional Líquida – ROL, no período, foi de R\$4,1 bilhões, apresentando um acréscimo de 4,28% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo evidenciado na ROL, invertendo o desempenho negativo da ROB, é justificado, principalmente, pela redução significativa do encargo setorial referente a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

A partir da ROL, a Companhia apresentou evolução em diversos pontos, que conduziram o resultado para o aumento verificado e mencionado do Lucro Líquido, comparando o primeiro semestre de 2019 e 2020. As despesas operacionais tiveram uma redução de 3,19% e o resultado financeiro apresentou uma crescimento de 84,82%. Destacam-se nesses dois pontos, respectivamente, o efeito líquido das provisões e a significativa redução nos juros e atualizações monetárias de dívidas

Com base nas informações consolidadas da Companhia, os principais indicadores econômicos, em 30 de junho de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, são os seguintes:

Descrição – Valores em reais mil	30.06.2020	30.06.2019	AH %
Receita Operacional Bruta – ROB	6.390.822	6.451.339	-0,94%
Receita Operacional Líquida – ROL	4.081.806	3.914.342	4,28%
Resultado Operacional	314.345	247.403	27,06%
EBITDA	433.536	359.262	20,67%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	10,62%	9,18%	1,44 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	5,02%	3,04%	1,97 p.p.
Resultado Financeiro	(8.519)	(56.110)	-84,82%
Ativo Total	10.150.574	10.922.267	-7,07%
Imobilizado	182.674	158.291	15,40%
Patrimônio Líquido	1.611.844	1.926.266	-16,32%
Lucro Líquido	204.720	119.124	71,85%



## Comentário do Desempenho

Com a relação à movimentação do Lucro Líquido antes dos juros, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização – EBITDA, o quadro a seguir detalha a situação:

Conciliação do EBITDA – Valores em reais mil	30.06.2020	30.06.2019
Lucro Líquido	204.720	119.124
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	101.106	72.169
Resultado Financeiro	8.519	56.110
Depreciação e Amortização	119.191	111.859
<b>EBITDA</b>	<b>433.536</b>	<b>359.262</b>

## 6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30.06.2020					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	4.637.520	20,12	9.778.388	25,35
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.456.600	15,00	3.916.600	10,15
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.322.000	14,42	3.322.000	8,61
Outros	790.552	5,09	7.254.569	31,48	8.045.121	20,86
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>15.527.137</b>	<b>40,26</b>	<b>23.044.454</b>	<b>59,74</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

\* Companhia de Capital Aberto

## 7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2020 representando 3,43% do capital social total da Companhia, detendo o total de 1.321.412 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	1.321.412	3,43%
Investidores Nacionais	37.250.179	96,57%
<b>Total</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00</b>

## 8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.505	1,02%	9.464.165	24,54%
Conselho de Administração	-	-	200	0,00%	200	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.809.749	98,98%	29.107.226	75,46%
<b>Total</b>	<b>15.527.137</b>	<b>100,00%</b>	<b>23.044.454</b>	<b>100,00%</b>	<b>38.571.591</b>	<b>100,00%</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>6.297.477</b>	<b>40,56%</b>	<b>22.809.749</b>	<b>98,98%</b>	<b>29.107.226</b>	<b>75,46%</b>

## 9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

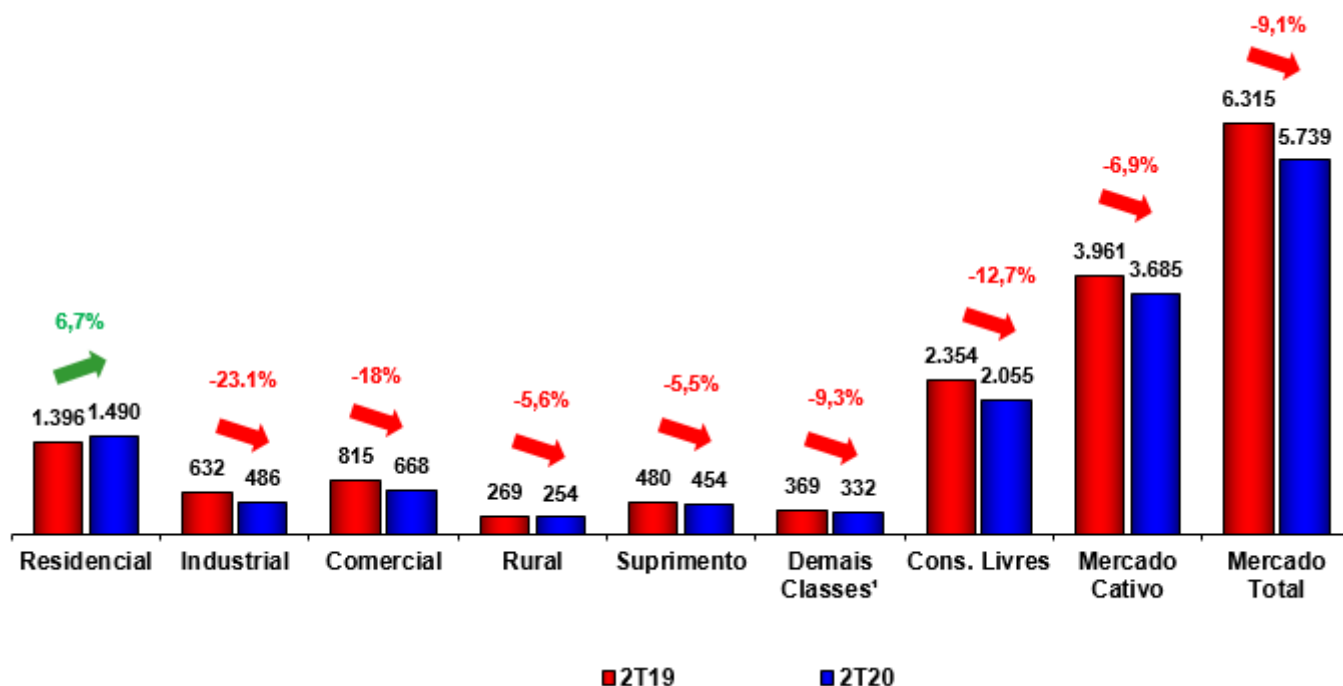
Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.809.749	98,98%	29.107.226	75,46%

## Comentário do Desempenho

### 10. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou retração de 6,9% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.685 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, a redução no consumo de energia elétrica foi de 9,1%, atingindo 5.739 GWh.

No gráfico a seguir pode ser observado os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

## Comentário do Desempenho

### 11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

#### MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2020		2019		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2020	2020	2019	2019	20-19	20-19
<b>Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil</b>										
Residencial	897.961	1.991.762	916.211	2.167.344	44,4%	43,5%	39,4%	41,9%	-2,0%	-8,1%
Industrial	307.747	667.445	421.632	838.197	15,2%	14,6%	18,1%	16,2%	-27,0%	-20,4%
Comercial	436.267	1.059.646	574.895	1.278.111	21,6%	23,2%	24,7%	24,7%	-24,1%	-17,1%
Rural	130.594	304.856	125.554	289.153	6,5%	6,7%	5,4%	5,6%	4,0%	5,4%
Poder Público	50.175	123.254	77.357	159.443	2,5%	2,7%	3,3%	3,1%	-35,1%	-22,7%
Iluminação Pública	56.986	118.355	65.480	131.776	2,8%	2,6%	2,8%	2,5%	-13,0%	-10,2%
Serviço Público	50.764	106.305	50.628	104.065	2,5%	2,3%	2,2%	2,0%	0,3%	2,2%
<b>Subtotal</b>	<b>1.930.494</b>	<b>4.371.623</b>	<b>2.231.757</b>	<b>4.968.089</b>	<b>95,4%</b>	<b>95,5%</b>	<b>96,0%</b>	<b>96,1%</b>	<b>-13,5%</b>	<b>-12,0%</b>
Suprimento	92.894	203.654	92.965	200.309	4,6%	4,5%	4,0%	3,9%	-0,1%	1,7%
<b>TOTAL</b>	<b>2.023.388</b>	<b>4.575.277</b>	<b>2.324.722</b>	<b>5.168.398</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-13,0%</b>	<b>-11,5%</b>
<b>Consumo por Classe em MWh</b>										
Residencial	1.490.157	3.261.087	1.396.104	3.233.902	40,4%	39,7%	35,2%	37,6%	6,7%	0,8%
Industrial	486.141	1.058.063	631.885	1.240.982	13,2%	12,9%	16,0%	14,4%	-23,1%	-14,7%
Comercial	668.297	1.620.108	814.543	1.796.015	18,1%	19,7%	20,6%	20,9%	-18,0%	-9,8%
Rural	254.005	603.848	269.000	613.110	6,9%	7,3%	6,8%	7,1%	-5,6%	-1,5%
Poder Público	78.462	195.821	115.227	237.592	2,1%	2,4%	2,9%	2,8%	-31,9%	-17,6%
Iluminação Pública	158.000	320.232	163.396	326.929	4,3%	3,9%	4,1%	3,8%	-3,3%	-2,0%
Serviço Público	95.971	196.065	90.830	185.002	2,6%	2,4%	2,3%	2,1%	5,7%	6,0%
<b>Subtotal</b>	<b>3.231.033</b>	<b>7.255.224</b>	<b>3.480.985</b>	<b>7.633.532</b>	<b>87,7%</b>	<b>88,2%</b>	<b>87,9%</b>	<b>88,7%</b>	<b>-7,2%</b>	<b>-5,0%</b>
Suprimento	453.744	966.012	480.377	973.144	12,3%	11,8%	12,1%	11,3%	-5,5%	-0,7%
<b>TOTAL</b>	<b>3.684.777</b>	<b>8.221.236</b>	<b>3.961.362</b>	<b>8.606.676</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-7,0%</b>	<b>-4,5%</b>
<b>Preço Médio Unitário do MWh em R\$</b>										
Residencial	602,59	610,77	656,26	670,19	109,7%	109,7%	111,8%	111,6%	-8,2%	-8,9%
Industrial	633,04	630,82	667,26	675,43	115,3%	113,4%	113,7%	112,5%	-5,1%	-6,6%
Comercial	652,80	654,06	705,79	711,64	118,9%	117,5%	120,3%	118,5%	-7,5%	-8,1%
Rural	514,14	504,86	466,74	471,62	93,6%	90,7%	79,5%	78,5%	10,2%	7,0%
Poder Público	639,48	629,42	671,34	671,08	116,5%	113,1%	114,4%	111,8%	-4,7%	-6,2%
Iluminação Pública	360,67	369,59	400,74	403,07	65,7%	66,4%	68,3%	67,1%	-10,0%	-8,3%
Serviço Público	528,95	542,19	557,39	562,51	96,3%	97,4%	95,0%	93,7%	-5,1%	-3,6%
<b>Subtotal</b>	<b>597,49</b>	<b>602,55</b>	<b>641,13</b>	<b>650,82</b>	<b>108,8%</b>	<b>108,3%</b>	<b>109,2%</b>	<b>108,4%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-7,4%</b>
Suprimento	204,73	210,82	193,53	205,84	37,3%	37,9%	33,0%	34,3%	5,8%	2,4%
<b>TOTAL</b>	<b>549,12</b>	<b>556,52</b>	<b>586,85</b>	<b>600,51</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>-6,4%</b>	<b>-7,3%</b>

### 12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

## **Comentário do Desempenho**

### **13. AUDITORES INDEPENDENTES**

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 28 de julho de 2020.

A Administração

## Notas Explicativas

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### 1.1. Informações do Negócio

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 2699 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

#### 1.2. Pandemia do Coronavírus

A infecção humana, causada pelo novo coronavírus, gerou fortes impactos na sociedade brasileira e mundial e, por isso foram adotadas severas medidas – tanto pelo Governo Federal quanto pelos Órgãos de Saúde e Órgãos Ministeriais – para fins de evitar a disseminação rápida do vírus.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 13.979, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou a situação como pandemia.

O governo do Estado de Santa Catarina, atento a esses efeitos, publicou, em 17 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 515, declarando a situação de emergência em todo o território catarinense, com o intuito de realizar a restrição drástica da circulação de pessoas.

No dia 18 de março de 2020, o Ministro de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 117/GM e instituiu o Comitê Setorial de Crise. Em seu Anexo II, inciso III, foi determinado que as empresas de economia mista e estatais vinculadas deveriam apresentar plano de ação ao Ministério, abrangendo as suas respectivas atividades, com vistas à manutenção da prestação dos serviços.

Foi publicado, em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu, exclusivamente para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data foi também publicado o Decreto nº 10.282, que regulamentou a já citada Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Em 23 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 525, que dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus.

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no dia 24 de março de 2020, em reunião pública extraordinária, elencou um conjunto de medidas, por meio da Resolução Normativa nº 878, para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia.

No dia 2 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 49, foi criado o Comitê Covid-19 para identificar os riscos assumidos no planejamento orçamentário e estratégico da Companhia para o ano corrente e aqueles provenientes da crise da pandemia.

##### 1.2.1. Ações no Setor Elétrico

O setor elétrico está envolvido em discussões nas diferentes esferas para a minimização dos impactos da pandemia. A Diretoria de Regulação e Gestão de Energia – DRG coordena as discussões com diferentes *players*, junto às associações e aos demais departamentos, buscando, assim, soluções para manutenção das atividades essenciais da Companhia.

##### a) Ministério de Minas e Energia – MME

O Poder Executivo, no dia 8 de abril de 2020, editou a Medida Provisória nº 950, que estabelece importantes medidas de enfrentamento dos impactos da pandemia da Covid-19 no setor elétrico.

## Notas Explicativas

O Governo soluciona duas questões urgentes vislumbradas pelos Ministérios envolvidos: a perda da capacidade de pagamento dos consumidores de baixa renda, beneficiários da tarifa social, e um alívio parcial na capacidade financeira das distribuidoras de energia elétrica, diante do aumento da inadimplência e da redução do consumo de energia.

A Medida Provisória isenta os consumidores beneficiários da tarifa social do pagamento pelo consumo de até 220 kWh/mês, por 3 meses. Para tanto, é previsto aporte de R\$900 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o que será viabilizado por meio da criação de crédito extraordinário, matéria da Medida Provisória nº 949, também assinada em mesma data.

O Governo estabelece as condições para viabilizar operação de crédito, com vistas a prover um alívio financeiro às distribuidoras, diante da diminuição repentina do mercado. A medida possibilitará que as distribuidoras continuem honrando seus compromissos com os demais agentes setoriais, preservando a sustentabilidade do setor elétrico. Adicionalmente, amenizará a pressão tarifária sobre os consumidores, em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia do Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.350, que dispõe sobre a criação da conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Também regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.

### **b) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL**

Entre as medidas já anunciadas pela ANEEL estão a Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, com conjunto de medidas para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica, protegendo consumidores e funcionários das concessionárias, incluindo vedação, por 90 dias, da suspensão no fornecimento de energia por inadimplência de consumidores residenciais. Na reunião da diretoria da ANEEL do dia 16 de junho de 2020, a vedação de suspensão no fornecimento de energia foi prorrogada até 31 de julho de 2020, ocorrendo, também, a instauração da Consulta Pública - CP nº 38 para revisar a Resolução Normativa nº 878/2020.

Além disso, desde o dia 24 de março de 2020, as reuniões públicas da diretoria estão sendo realizadas virtualmente, com transmissão ao vivo e preservação de todos os ritos.

O Órgão Regulador autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a repassar para as distribuidoras e para parte dos agentes do mercado livre, os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. A ação visa reforçar a liquidez do setor elétrico em meio ao cenário de pandemia e antecipará aproximadamente R\$2,0 bilhões reservados para alívio futuro de encargos para as distribuidoras do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e para 7.166 agentes do Ambiente de Contratação Livre – ACL. Destaca-se o valor de R\$71,4 milhões recebido pela Celesc D no dia 8 de abril de 2020.

A ANEEL instituiu, no dia 8 de abril 2020, o Gabinete de Monitoramento da Situação Elétrica – GMSE. A ação se soma a outras que a agência anunciou anteriormente, visando o enfrentamento do cenário da pandemia. O Gabinete foi criado com objetivo de identificar efeitos da pandemia no mercado de energia elétrica, monitorar a situação econômico-financeira e de demanda e oferta de energia, bem como coordenar estudos de propostas que visem à preservação do equilíbrio nas relações entre agentes do setor. O GMSE é coordenado pela diretoria colegiada da ANEEL e tem, em sua composição, assessores técnicos da diretoria. Destaca-se a Nota Técnica nº 001/2020, emitida pelo Gabinete, com considerações iniciais dos efeitos da pandemia.

Com base do Decreto 10.350, de 18 de maio de 2020, a ANEEL realizou o primeiro cálculo de necessidades da Conta-Covid, sendo divulgada a primeira versão dos valores em 25 de maio de 2020. A Nota Técnica nº 77/2020–SGT/SFF/SRM/SRD/GMSE/ANEEL tem como assunto principal a proposta de ato normativo para regulamentar o referido Decreto e, após sua divulgação, foi aberta Consulta Pública para possíveis contribuições.

Na reunião pública de diretoria da ANEEL, realizada no dia 23 de junho de 2020, foi aprovada a regulamentação da Conta-Covid, com a edição, na mesma data, da Resolução Normativa nº 885. A norma define, ainda, critérios e procedimentos para a gestão dessa medida, estabelecendo limites de captação de recursos por distribuidora, fundamentados na perda de arrecadação e mercado de cada agente de distribuição. A regra detalha ainda os itens de custo que podem ser cobertos pela conta e o fluxo operacional dos repasses. A Celesc D aderiu ao Termo de Aceitação da referida Resolução e fez um requerimento no valor de R\$583,2 milhões. Esse montante representa 100% do valor máximo da operação estabelecido para a Companhia.

### **c) Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE**

A ABRADEE, diante dos primeiros atos legais relativos à pandemia, ainda no mês de março de 2020, enviou expediente aos agentes setoriais, abordando os possíveis impactos na atividade de distribuição e em toda a cadeia do setor elétrico.

Reforçou que, por estar na ponta da cadeia da indústria da energia elétrica, a distribuição de energia representa o elo com os consumidores e tem recebido solicitações de diversos segmentos da sociedade afetados pela crise.

Entretanto, lembrou, que nessa engrenagem que faz a energia elétrica chegar até as unidades consumidoras, há diversos agentes envolvidos, ressaltando que mais de 80% do valor da conta de luz corresponde a custos que não são das distribuidoras de energia,



## Notas Explicativas

como impostos e encargos do setor, transferidos aos governos e outros agentes; bem como custos de compra e de transmissão de energia, que são repassados aos geradores e transmissores.

Em suma, demonstrou que a distribuidora é a grande coletora e repassadora das receitas aos demais integrantes da cadeia produtiva de energia elétrica e dos tributos destinados ao governo.

Ainda, por sua participação minoritária no total desta receita auferida com o fornecimento de energia elétrica, cabe destacar que a distribuidora, isoladamente, não tem condições financeiras e econômicas de suportar os impactos extraordinários que essa crise trouxe ao planeta.

Do ponto de vista interno, a Associação discutiu, em seu Conselho Diretor, várias possibilidades, abrindo duas vertentes de trabalho: a primeira, abordando uma solução imediata com os entes setoriais ao caixa da distribuidora e a segunda, criando dois grupos temáticos, dos quais a Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória:

**G1:** Rateio da inadimplência intrasetorial (formulação de posicionamento da ABRADÉE sobre as notificações emitidas pelas associadas);

**G2:** Formulação da nova Conta ACR e do Ativo Regulatório da Parcela B.

### 1.2.2. Ações na Companhia

#### 1.2.2.1. Proteção ao Caixa da Celesc D

Para manter a hígidez do fluxo de caixa de curto prazo e minimizar os impactos do cenário turbulento do mercado financeiro e mundial, algumas empresas estão se utilizando de recursos de linhas de crédito compromissadas.

Nesse sentido, apesar da Celesc D não deter esse tipo de contrato, ela dispõe do cartão de crédito, atualmente de R\$150 milhões, para a realização de alguns tipos de transações, como pagamento de boletos.

Adicionalmente ao uso de linhas especiais de crédito, a Celesc D está adotando as seguintes medidas de proteção ao caixa:

i) aprovação, pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária no dia 27 de março de 2020, de contingenciamento de Materiais, Serviços e Outros – MSO (despesa) em 26% e de Capex (investimento) em 42%, sendo a decisão revista na reunião do dia 18 de junho de 2020, que liberou R\$24,0 milhões para gastos em MSO e manteve 19,2% bloqueado, além da liberação para realização do Capex BID, conforme orçamento aprovado para 2020, e R\$40,0 milhões de Capex próprio, restando ainda contingenciado 54% dessa rubrica.

ii) diferimento do prazo de recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal (Portaria nº 139, de 3 de abril de 2020);

iii) diferimento do prazo de recolhimento do FGTS (Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020);

iv) ajustes da Contribuições Sistema “S” (Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020);

v) início da compensação dos créditos referentes a ação judicial, transitada em julgado, da Celesc D sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujos valores já foram utilizados no Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP no mês de março de 2020;

vi) aprovação, em reunião do Conselho de Administração de 23 de abril de 2020, da continuidade das saídas do Plano de Demissão Incentivado, com liberação de mais R\$112 milhões em orçamento para realização de desligamentos em 2020;

vii) captação, por meio de Nota Promissória, no valor total de R\$489 milhões ao custo de CDI + 4,5% e prazo de 12 meses no formato *bullet*, estando disponível a partir do dia 29 de maio de 2020.

#### 1.2.2.2. Proteção ao Caixa da Celesc G

O segundo trimestre de 2020 iniciou com o principal investimento da Celesc G suspenso: a ampliação da PCH Celso Ramos, projeto da ordem de R\$40 milhões, que ampliará a capacidade instalada da usina de 5,62MW para 13,92MW. Entretanto, com a definição dos protocolos de segurança e saúde aos trabalhadores das empresas contratadas e da Celesc G, as obras foram retomadas ao final de abril.

No final do primeiro trimestre de 2020, a Celesc G vinha trabalhando para uma 3ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$37 milhões, visando a implantação do projeto supracitado, cujas obras foram iniciadas em julho de 2019. Contudo, com o impacto da pandemia à economia, identificou-se forte instabilidade macroeconômica, que afetou sobremaneira o mercado de capitais e culminou com a descontinuidade da operação. Durante o segundo trimestre, a Empresa acompanhou o desempenho do mercado, observando a melhor oportunidade para nova emissão.

Sendo consideradas atividades essenciais, a operação e a manutenção das usinas e barragens que compõem o parque próprio de geração foram mantidas visando a perfeita operação desses ativos e garantindo sua segurança operacional.

## Notas Explicativas

No final do primeiro trimestre, a Celesc G revisou seu orçamento de investimento, alongando o cronograma para projetos de menor prioridade. Com a retomada gradual de atividades, projetos como automação e manutenções de maior porte voltaram à pauta.

### 1.2.2.3. Enfrentamento da Pandemia

A Celesc formou um Comitê de Crise, em resposta à situação de pandemia e suas possíveis implicações para sua operação, considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no território catarinense.

O Comitê é responsável pelo encaminhamento de medidas e ações pertinentes ao contexto atual, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de março de 2020: Covid-19 – Esclarecimentos e Medidas Adotadas.

Dessa forma, a Companhia divulgou resolução com medidas de caráter preventivo, quais sejam:

- a) suspensão do atendimento presencial, desde o dia 18 de março de 2020, devendo as lojas permanecerem fechadas com o efetivo de atendentes realizando serviços de atendimento telefônico via transbordo e *backoffice*;
- b) disponibilização de álcool gel e máscaras nos pontos de atendimento a clientes;
- c) suspensão de viagens interestaduais e internacionais a trabalho;
- d) obrigação aos empregados que retornarem de viagens ao exterior de não comparecer ao local de trabalho nos 7 dias após sua chegada e, após o prazo, a obrigação de entrar em contato com a equipe médica da Celesc para avaliação;
- e) obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;
- f) possibilidade de trabalho remoto aos empregados com 60 anos ou mais, que sejam portadores de doenças respiratórias crônicas, que morem com idosos com doenças crônicas ou com pessoas que estiveram no exterior nos últimos sete dias, gestantes, lactantes e que possuam filho em idade escolar, cujas aulas tenham sido suspensas e não possuem outro responsável para seu cuidado ou necessitam revezar nessa atividade, bem como a possibilidade para os demais empregados da administração, pela gerência, da implantação do sistema de rodízio de *home office*, devendo ser mantidos os serviços essenciais necessários;
- g) orientação a todos os gestores de contratos para que as empresas contratadas sejam notificadas sobre a responsabilidade na adoção de todas as medidas necessárias no controle da disseminação do vírus em atendimento ao Decreto Estadual nº 507/2020.

Por fim, o Comitê de Crise, alinhado com as ações das autoridades de saúde do Estado de Santa Catarina, mantém as avaliações dos possíveis impactos na operação da Companhia, adotando imediatamente as medidas mitigadoras cabíveis para a estabilidade dos negócios.

## 2. PERFIL EMPRESARIAL

### 2.1. Subsidiárias Integrais

#### 2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

Em 22 de julho de 1999, assinou o Contrato nº 56 de concessão de distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição, que era das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc foi repassada à Celesc D. Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua no segmento de distribuição de energia elétrica e atende, total ou parcialmente, 285 municípios, contabilizando 3.083.400 unidades consumidoras. Do total atendido, 264 municípios constam no contrato de concessão da distribuidora (263 em Santa Catarina e 1 no Paraná) e 21 municípios são atendidos a título precário, localizados em áreas de concessões de outras distribuidoras (17 em Santa Catarina e 4 no Paraná). O atendimento a título precário ocorre, conforme regulamentação da ANEEL, por razões de conveniência técnica e econômica, decorrentes da inexistência de rede da concessionária titular da



## Notas Explicativas

concessão. Adicionalmente, a Celesc D é responsável pelo suprimento de energia elétrica para atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias de distribuição, que atuam em municípios catarinenses não atendidos pela Empresa.

### 2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A Nota 5.3.1, letra c, apresenta a situação dos indicadores estabelecidos.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão.

#### b) Reajuste Tarifário Anual de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, de 20 de agosto de 2019, homologou o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2019. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de -7,80%, sendo de -5,53%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -9,16%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Os Encargos Setoriais têm participação de -6,87%, os custos com transmissão participam com 1,43%, as despesas de energia impactam em -0,67%, as receitas irrecuperáveis contribuem com -0,05%, os custos da distribuidora participam com 0,86%, os componentes financeiros do processo atual acarretam com 3,18% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior é de -5,70%.

#### c) Bandeiras Tarifárias

Na reunião pública da Diretora da ANEEL de 26 de maio de 2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu manter a bandeira verde acionada até 31/12/2020.

Trata-se de medida emergencial da Agência para aliviar a conta de luz dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário de pandemia da Covid-19. Os valores das bandeiras tarifárias são atualizados todos os anos e levam em consideração parâmetros como estimativas de mercado, inflação, projeção de volume de usinas hidrelétricas, histórico de operação do Sistema Interligado Nacional, além dos valores e limites do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Uma vez que, em 10 de março – um dia antes do anúncio de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) – a ANEEL havia proposto a discussão para o ciclo 2020/2021 dos valores adicionais. A proposta ficou em Consulta Pública no período de 12/3 a 27/4/2020. No entanto, os impactos da pandemia no consumo de energia e nas atividades econômicas alteraram de forma significativa os estudos e parâmetros utilizados na proposta da Agência.

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes, mas sem aplicabilidade no momento são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,343 a cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$1,50 a cada 100 kwh);
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$4,169 a+ cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$4,00 a cada 100 kwh);
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$6,243 a cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$6,00 a cada 100 kwh).

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%:
  - iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
  - iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

## Notas Explicativas

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2020 foram:

Mês	Bandeira	Repasso da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasso da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Amarela	2.048	-	257/2020
Fevereiro	Verde	10.854	-	662/2020
Março	Verde	2.187	-	903/2020
Abril	Verde	1.886	-	1274/2020
Maio	Verde	1.991	-	1572/2020
Junho	Verde	1.905	-	1930/2020

### d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação Judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreu até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, a Celesc D obteve a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, esta decisão foi atendida pela ANEEL quando da homologação dos processos tarifários de 2016, 2017 e 2018.

Em junho de 2016, a Celesc D reconheceu no resultado o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutor da receita operacional bruta e R\$31.572 como despesa financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial passivo financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do passivo financeiro (Circulante) para provisão de contingência regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada. Em dezembro de 2018 foi atualizado para R\$317.631.

Em 2019, a juíza titular do processo, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Ainda em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Periódico –

RTP de 2019 foi proferida sentença de mérito contrária a Celesc D. Diante dessa decisão restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, onde aguarda decisão de mérito dos Desembargadores.

Diante da decisão de mérito de primeira instância, em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, alocou no processo tarifário o valor do não repasse tarifário. A Distribuidora solicitou diferimento do valor em 5 processos tarifários, sendo que a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65.768. Para os próximos processos tarifários a agência avaliará a possibilidade de manutenção do diferimento ou a consideração integral do valor. O saldo remanescente permanece como contingência regulatória, sendo que o saldo em junho de 2020 atualizado é R\$274.701.

### e) Reversão Item Financeiro: Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE 2015 e CVA – CDE (RTA de 2015 e RTP de 2016)

Conforme salientado na Nota Técnica nº 194/2015-SGT/ANEEL 16, que instruiu o RTA de 2015 da Celesc D, a reversão do componente financeiro do RTE 2015 não foi realizada, em virtude da discussão judicial a respeito do pagamento das cotas e recebimentos dos subsídios da CDE. Da mesma forma não havia sido considerado nos processos tarifários anteriores a constituição de CVA – CDE relativa ao mesmo período.

No processo tarifário de 2019, a ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.231 de 25 de abril de 2017, nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018 e nº 2.521 de 20 de março de 2019 homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), reconheceu integralmente os valores apurados e contabilizados pela Celesc D conforme tabela abaixo.

Descrição	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2019 a agosto de 2019	34.561	-	-
De agosto de 2018 a março de 2019	-	-	23.134
De janeiro de 2019 a março de 2019	-	65.447	-
De abril de 2019 a dezembro de 2019	-	88.581	-

Administrativamente, o acordo de parcelamento da CDE ainda não foi encerrado pela ANEEL, de forma que, foi inserido no processo uma observação que possibilita revisar os valores considerados, caso haja posição desfavorável nos processos.

O Item 28 do Voto atribuído ao Diretor-Relator do Processo possui a seguinte redação:

*“Diante dos argumentos e dos documentos apresentados pela Concessionária, bem como da análise da Superintendência, conquanto a decisão esteja vigente, neste momento impõe-se acatar o pleito da Celesc-DIS, de tal forma que as diferenças entre pagamento e cobertura sejam apuradas nas datas de pagamento originais, naturalmente sem prejuízo de futura análise, eventualmente no processo administrativo específico*

**Notas Explicativas**

nº 48500.003205/2017-9919, no cenário de decisão de mérito em processo judicial que seja desfavorável à concessionária.”

**2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G**

A Celesc G, constituída por escritura pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 30 de junho de 2020, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

**2.1.2.1. Parque Gerador****2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G****Parque Gerador Próprio – Características Físicas**

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
<b>Total</b>			<b>106,97</b>	<b>67,19</b>	

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(\*\*) Não se aplica

**2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão**

Nos últimos anos, norteados pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

**Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão**

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Marumim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	(**)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	10,00	13,83	(**)	Em Estudo de Inventário
<b>Total</b>			<b>48,73</b>	<b>47,55</b>	<b>96,28</b>		

(\*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(\*\*) Depende de trâmites regulatórios

## Notas Explicativas

### 2.1.2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

#### Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv.de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
<b>Total</b>			<b>31,78</b>	<b>17,74</b>		<b>11,24</b>	<b>6,27</b>

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos, onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc Geração. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

### 2.1.2.2. Empreendimentos de Transmissão

#### 2.1.2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (KV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simples	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simples	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	Simples	27,8	230
<b>Total</b>				<b>433,1</b>	
<b>SUBESTAÇÃO</b>	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação foram emitidas por trecho mais a subestação, totalizando 6, sendo 2 emitidas no início de 2019 e o restante ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

### 2.1.2.3. Ambiente Regulatório

#### a) Leilão de Usinas Amortizadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Medida Provisória – MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362 de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira) e nº 7.246 de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os termos aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.



**Notas Explicativas**

Em 2015, o MME, por meio da Portaria nº 218, determinou que a ANEEL promovesse leilão para licitação das concessões de diversas usinas hidrelétricas, dentre as quais 5 de propriedade da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídos à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M e a Remuneração para Melhorias – GAG Melhoria, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga – RBO em taxa de 9,04% real ao ano. Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração.

A Celesc G arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,6 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 5 de janeiro de 2016. As Usinas Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto Weissbach, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 7 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de alocação de cotas de garantia física e de energia. Tais contratos possuem vigência de 30 anos.

A tabela abaixo apresenta a relação das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
<b>Total</b>		<b>63,20</b>	<b>43,34</b>	

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

**b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery**

Em relação à UHE Pery, havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão nos moldes anteriores à MP nº 579/2012, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a Usina ter sido ampliada recentemente. Porém, em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc G decidiu por prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas judiciais necessárias para a extinção do processo judicial existente, incluindo os recursos relativos.

A concessão, dessa forma, foi prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A UHE já vem recebendo a GAG Melhoria junto à RAG, contudo, a indenização dos ativos não amortizados referentes à ampliação, concluída em 2013, que será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, ainda está em definição pela ANEEL.

**c) Ampliação da PCH Celso Ramos**

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a garantia física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019, estando com 40% concluída até junho de 2020.

Destaca-se também que a Celesc G participou do leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse

## Notas Explicativas

empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do leilão nº 3/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Empresa suspendeu as obras de Ampliação da Usina Celso Ramos ao final de março, sendo que seu reinício se deu ao final de abril, após a liberação das atividades principais e correlatas pelo decretos oficiais.

### d) Ampliação da UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de Ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28 MW.

Durante o ano de 2019 e no primeiro semestre de 2020, a Celesc G discutiu com o IMA/SC aspectos relativos ao projeto, visando a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI para posterior envio para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das etapas acima, a ANEEL deverá calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

### e) Ampliação CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização do estudo de inventário do Rio Caveiras. O estudo foi concluído em junho de 2020, e já foi encaminhado à ANEEL para análise e aprovação. Após a aprovação do estudo de inventário, o projeto seguirá com a revisão e consolidação do projeto básico e respectiva aprovação pela ANEEL, estudo de viabilidade ambiental e obtenção das licenças (prévia e de instalação) junto ao IMA/SC, obtenção da viabilidade financeira e aprovação do plano de negócios pela Empresa, licitação das obras, construção e somente então a operação comercial.

### f) Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2020, a Celesc G manteve tratativas junto ao IMA/SC visando a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI para dar continuidade às próximas etapas para implementação do projeto.

### g) Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – *GSF*

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR nos autos nº 1015846-64.2017.4.01.3400 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação. Em junho de 2019 foi publicado despacho pelo Juízo competente, determinando a suspensão por mais 60 dias, considerando a não apreciação do IRDR pelo TRF1. Até 30 de junho de 2020 não houve alteração no andamento processual.

## Notas Explicativas

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que constituem significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o Governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, que está atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

### h) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017 celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o ofício nº 011/2019 informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTEE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A., solicitando o envio de informações técnicas e financeiras detalhadas relativas a esta melhoria até 30 de abril de 2019.

Após o atendimento ao solicitado pela ANEEL, em 31 de julho de 2019 a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 501/2019 autorizando a implantação do reforço. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento previsto pela ANEEL é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$5 milhões.

Com relação aos efeitos da pandemia do COVID-19 no projeto, as atividades relacionadas à fabricação de equipamentos puderam ser mantidas, conforme decreto estadual vigente. Contudo, como o projeto abrange aproximadamente 30 municípios catarinenses e número elevado de trabalhadores, as obras civis estiveram suspensas por todo segundo trimestre de 2020.

### i) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$) Ciclo 2019/2020	Receita Mensal (R\$) Ciclo 2019/2020
UHE Pery	9.813.481,68	817.790,14
UHE Garcia	10.122.039,41	843.503,28
UHE Bracinho	13.113.790,03	1.092.815,84
UHE Cedros	9.595.876,71	799.656,39
UHE Palmeiras	20.085.497,84	1.673.791,49
UHE Salto	6.818.340,73	568.195,06

### j) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Civas de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco. A previsão para conclusão dos serviços e entrega dos laudos é no segundo semestre de 2020.

## 2.2. Demais Participações

### 2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios

## Notas Explicativas

atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.213,0 km) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (281), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV/GNC) do país (133).

Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, 1,9 milhão de m³ de gás natural para 13,5 mil clientes.

A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51,0% das ações ordinárias, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro 23,0%, a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás 23,0% e a Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás 3,0%. A participação no capital social total é a seguinte: Celesc 17,0%, Gaspetro 41,0%, Mitsui Gás 41,0% e a Infragás 1,0%.

### 2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC, com 252,5 km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc D. A ECTE, por meio de sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, possui a concessão de transmissão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV).

A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do capital social da empresa. Os demais sócios são Alupar, com 50,02%, e TAESA, com 19,10%.

### 2.2.3. Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW.

O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa, a Gerdau 51,82%, a COPEL 23,03 e Statkraft, com 2,12%.

### 2.2.4. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 195 municípios catarinenses e um no Paraná, atendendo uma população de aproximadamente 2,7 milhões de pessoas com água tratada e 650 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,483% do capital social total da empresa, já o Estado de Santa Catarina possui 64,206%, a SC Participações e Parcerias 18,026%, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – Codesc 2,282% e Outros 0,003%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

### 2.2.5. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou a ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME, na qual se decide extinguir a concessão para o aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:



## Notas Explicativas

### 3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A emissão das Informações Financeiras Intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de julho de 2020.

### 3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

### 3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9);
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga; (Nota 13.2);
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 18 e 19);
- e) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos; (Nota 17);
- f) Contingências; (Nota 27);
- g) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 – letra a e 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 19); e
- j) Amortização do Ativo Indenizável – Celesc D (Nota 20).

## 4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020.

### 4.1. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Intermediárias, Individuais e Consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

### 4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou suas políticas contábeis, objetivando a melhor apresentação dos seus resultados, operacional e financeiro. Como resultado dessas mudanças, as Demonstrações Financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes ao Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e no CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 Interim Financial Reporting*). Vale ressaltar que, mesmo havendo reclassificações no Balanço Patrimonial, não houve qualquer alteração na Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Companhia decidiu suprimir as rubricas “Partes Relacionadas” do Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, somando-as em “Outros”, por entender que existem outros valores que também fazem parte do mesmo contexto e que estavam demonstrados em rubricas específicas (Nota 16, item b). Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>111.201</b>	-	<b>111.201</b>	<b>2.358.072</b>	-	<b>2.358.072</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.451	-	28.451	566.181	-	566.181
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.421.771	-	1.421.771
Estoques	-	-	-	14.696	-	14.696
Tributos a Recuperar	10.905	-	10.905	68.579	-	68.579
Dividendos e JCP a Receber	71.817	-	71.817	7.114	-	7.114
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	-	-	-	32.597	-	32.597
Subsídio Decreto nº 7891/2013	-	-	-	53.236	-	53.236
Outros	28	-	28	193.898	-	193.898
<b>Não Circulante</b>	<b>1.379.986</b>	-	<b>1.379.986</b>	<b>7.140.185</b>	-	<b>7.140.185</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>160.819</b>	-	<b>160.819</b>	<b>3.261.941</b>	-	<b>3.261.941</b>
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	44.683	-	44.683
Partes Relacionadas	-	-	-	488	(488)	-
Tributos Diferidos	-	-	-	1.004.094	-	1.004.094
Tributos a Recuperar	-	-	-	1.092.845	-	1.092.845
Depósitos Judiciais	23.341	-	23.341	171.054	-	171.054
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	525.964	-	525.964
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	-	-	-	270.791	-	270.791
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Outros	-	-	-	4.544	488	5.032
<b>Investimentos</b>	<b>1.213.703</b>	-	<b>1.213.703</b>	<b>246.572</b>	-	<b>246.572</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>18</b>	-	<b>18</b>	<b>174.796</b>	-	<b>174.796</b>
<b>Intangível</b>	<b>5.446</b>	-	<b>5.446</b>	<b>3.456.876</b>	-	<b>3.456.876</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.491.187</b>	-	<b>1.491.187</b>	<b>9.498.257</b>	-	<b>9.498.257</b>

Passivo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>79.525</b>	-	<b>79.525</b>	<b>2.427.690</b>	-	<b>2.427.690</b>
Fornecedores	1.028	-	1.028	996.725	-	996.725
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	-	-	-	377.317	-	377.317
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	-	-	-	6.306	-	6.306
Debêntures	-	-	-	105.133	-	105.133
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	632	-	632	212.148	-	212.148
Tributos a Recolher	9.855	-	9.855	209.296	-	209.296
Dividendos e JCP Propostos	67.683	-	67.683	67.683	-	67.683
Taxas Regulamentares	-	-	-	166.014	-	166.014
Partes Relacionadas	53	(53)	-	18.884	(18.884)	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	-	-	-	176.528	-	176.528
Passivo Financeiro (CVA)	-	-	-	25.142	-	25.142
Outros	274	53	327	66.514	18.884	85.398
<b>Não Circulante</b>	<b>4.538</b>	-	<b>4.538</b>	<b>5.663.443</b>	-	<b>5.663.443</b>
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	-	-	-	435.718	-	435.718
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	-	-	-	468.290	-	468.290
Debêntures	-	-	-	268.812	-	268.812
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-	-	-	48.186	-	48.186
Tributos Diferidos	-	-	-	19.596	-	19.596
Taxas Regulamentares	-	-	-	189.425	-	189.425
Provisão p/ Contingências	4.538	-	4.538	506.230	-	506.230
Passivo Atuarial (CPC 33)	-	-	-	2.661.948	-	2.661.948
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	-	-	1.065.238	-	1.065.238
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.407.124</b>	-	<b>1.407.124</b>	<b>1.407.124</b>	-	<b>1.407.124</b>
Capital Social	1.340.000	-	1.340.000	1.340.000	-	1.340.000
Reservas de Capital	316	-	316	316	-	316
Reservas de Lucros	1.521.681	-	1.521.681	1.521.681	-	1.521.681
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.454.873)	-	(1.454.873)	(1.454.873)	-	(1.454.873)
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.491.187</b>	-	<b>1.491.187</b>	<b>9.498.257</b>	-	<b>9.498.257</b>

## 5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

## Notas Explicativas

### 5.1. Classe de Risco Financeiro

#### 5.1.1. Categoria Crédito

##### a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

#### 5.1.2. Categoria Liquidez

##### a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

##### b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de junho de 2020.

Consolidado							Total
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Contas a Receber		1.372.364	49.594	39.896	30.909	4.445	1.497.208
Caixa e Equivalente de Caixa		926.405	-	-	-	-	926.405
Depósitos Judiciais		-	-	-	195.350	-	195.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		53.236	-	-	-	-	53.236
Ativo Financeiro –CVA	SELIC	13.529	27.084	122.712	-	-	163.325
Bonificação Outorga	IPCA	2.897	5.715	24.561	105.268	175.155	313.596
<b>Total Ativo</b>		<b>2.368.431</b>	<b>82.393</b>	<b>187.169</b>	<b>331.527</b>	<b>179.600</b>	<b>3.149.120</b>
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 4,5%	15.318	47.359	772.933	263.690	-	1.099.300
Empréstimo Bancário	7,40% a.a.	448	150.895	-	-	-	151.343
Eletrobras	5% a.a.	77	147	666	3.860	-	4.750
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	762	1.423	5.770	13.223	-	21.178
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	18.756	-	50.124	160.921	-	229.801
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	425	35.255	75.887	-	111.567
Fornecedores		487.317	279.950	3.748	-	-	771.015
Passivo Financeiro – CVA	SELIC	-	-	-	22.345	-	22.345
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	-	-	47.659	350.592	-	398.251
BID	CDI + 0,89% a 1,44% a.a.	-	-	4.697	38.513	480.353	523.563
<b>Total Passivo</b>		<b>522.678</b>	<b>480.199</b>	<b>920.852</b>	<b>929.031</b>	<b>480.353</b>	<b>3.333.113</b>

##### c) Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados, por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

### 5.2. Classe de Risco Operacional

#### 5.2.1. Categoria Gestão

##### a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta dos recursos.

#### 5.2.2. Categoria Processo

##### a) Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

## Notas Explicativas

### b) Perdas

Risco de redução de receita em função da ultrapassagem, das perdas técnicas e/ou não técnicas, acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

### c) Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

#### 5.2.3. Categoria Pessoal

##### a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

##### b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

#### 5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

##### a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

### 5.3. Classe de Risco de *Compliance*

#### 5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

##### a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Companhia a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

##### b) Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Companhia, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as receitas irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

##### c) Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira, cujas obrigações são as seguintes:

**Indicadores de Qualidade Técnicos:** redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

**Indicadores Financeiros:** EBITDA, (EBITDA – QRR), (Dívida Líquida/EBITDA – QRR). Em 2017 o EBITDA deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 (EBITDA – QRR) maior ou igual a 0 (zero). Em relação a (Dívida Líquida/ EBITDA – QRR) o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a  $(1/0,8 * \text{Selic})$  e em 2020 menor ou igual a  $(1/1,11 * \text{Selic})$ , nos dois casos a Selic é limitada a 12,87%. Para o ano de 2019, A relação (Dívida Líquida/EBITDA – QRR) da Celesc D, ajustado pelos itens mencionados no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, é de 8,58x, sendo a meta estabelecida pela ANEEL menor ou igual a 21,04.

## Notas Explicativas

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	Indicadores de Qualidade (Limite Estabelecido)		VERIFICAÇÃO
		DECI <sup>1</sup>	FECi <sup>2</sup>	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA > 0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR} ≥ 0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-) QRR <sup>3</sup> ]} ≤ 1/0,8*Selic <sup>4</sup>	11,56	9,25	ATENDIDO
2020	DIVIDA LIQUIDA/LAJIDA (-) QRR < 1/1,11*Selic	11,30	8,65	

<sup>1</sup>DECI: Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>2</sup>FECi: Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

<sup>3</sup>QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

<sup>4</sup>Selic: limitada a 12,87% a.a.

### d) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Cellesc G.

### e) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

### f) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

### g) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

## 5.4. Classe de Risco Estratégico

### 5.4.1. Categoria Governança

#### a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação da Companhia perante os principais *stakeholders*.

### 5.4.2. Categoria Estratégia

#### a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

## 5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2020:

## Notas Explicativas

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	Consolidado (Cenário III)
<b>CDI</b>			<b>2,11%</b>	<b>2,64%</b>	<b>3,17%</b>
	Aplicações Financeiras (Nota 8)	848.430	17.902	22.399	26.895
	Empréstimos (Nota 22)	(1.579.535)	(33.328)	(703)	(15)
	Debêntures (Nota 23.5)	(321.879)	(6.792)	(8.498)	(10.204)
<b>Selic</b>			<b>2,37%</b>	<b>2,96%</b>	<b>3,56%</b>
	Ativo Financeiro – CVA (Nota 13.1)	141.111	3.344	4.177	5.024
<b>IPCA</b>			<b>2,13%</b>	<b>2,66%</b>	<b>3,20%</b>
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (Nota 14)	259.197	5.521	6.895	8.294
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	290.467	6.187	7.726	9.295
	Reserva Matemática a Amortizar	(364.889)	(7.772)	(9.706)	(11.676)

### 5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

	Consolidado	
Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 22)	1.237.471	813.035
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 22)	512.461	474.596
Debêntures (Nota 23.5)	321.879	373.945
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 8)	(926.405)	(566.181)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.145.406</b>	<b>1.095.395</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.611.844</b>	<b>1.407.124</b>
<b>Total do Capital</b>	<b>2.757.250</b>	<b>2.502.519</b>
<b>Índice de Alavancagem Financeira (%)</b>	<b>41,54%</b>	<b>43,77%</b>

### 5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2020. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.



## Notas Explicativas

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
<b>Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA</b>		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 15)	137.261	137.261
Outros	217	217
<b>Valor Justo por Meio do Resultado – VJR</b>		
Ativo Indenizável – Concessão (Nota 14)	482.764	525.964
<b>Total do Ativo</b>	<b>620.242</b>	<b>663.442</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2020.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo p/ Meio do Resultado	Valor Justo p/ Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
<b>Ativo</b>	<b>3.795.539</b>	<b>482.764</b>	<b>137.478</b>	<b>4.415.781</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	926.405	-	-	926.405
Contas a Receber de Clientes	2.188.970	-	-	2.188.970
Depósitos Judiciais	195.350	-	-	195.350
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	53.236	-	-	53.236
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	482.764	-	482.764
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.467	-	-	290.467
Ativo Financeiro – CVA	141.111	-	-	141.111
Outros	-	-	217	217
<b>Passivo</b>	<b>3.207.715</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.207.715</b>
Fornecedores	771.015	-	-	771.015
Eletrobrás	4.294	-	-	4.294
Empréstimos Moeda Nacional	1.233.177	-	-	1.233.177
Empréstimo Moeda Estrangeira	512.461	-	-	512.461
Debêntures	321.879	-	-	321.879
Reserva Matemática a Amortizar	364.889	-	-	364.889

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2019.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo p/ Meio do Resultado	Valor Justo p/ Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
<b>Ativo</b>	<b>3.211.248</b>	<b>525.964</b>	<b>137.478</b>	<b>3.874.690</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	566.181	-	-	566.181
Contas a Receber de Clientes	2.142.043	-	-	2.142.043
Partes Relacionadas	488	-	-	488
Depósitos Judiciais	171.054	-	-	171.054
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	53.236	-	-	53.236
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	525.964	-	525.964
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.710	-	-	290.710
Ativo Financeiro – CVA	(12.464)	-	-	(12.464)
Outros	-	-	217	217
<b>Passivo</b>	<b>3.053.936</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.053.936</b>
Fornecedores	996.725	-	-	996.725
Eletrobrás	5.438	-	-	5.438
Empréstimos Moeda Nacional	807.597	-	-	807.597
Empréstimo Moeda Estrangeira	474.596	-	-	474.596
Debêntures	373.945	-	-	373.945
Partes Relacionadas	18.831	-	-	18.831
Reserva Matemática a Amortizar	376.804	-	-	376.804

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

## Notas Explicativas

Contas a Receber de Clientes	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	671.385	739.524
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	732.281	706.825
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	785.304	695.694
<b>Total</b>	<b>2.188.970</b>	<b>2.142.043</b>

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são consideradas de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Recursos em Banco e em Caixa	19	3.234	77.975	108.587
Aplicações Financeiras	8.694	25.217	848.430	457.594
<b>Total</b>	<b>8.713</b>	<b>28.451</b>	<b>926.405</b>	<b>566.181</b>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30.06.2020	31.12.2019
<b>Consumidores</b>	<b>965.583</b>	<b>264.626</b>	<b>690.694</b>	<b>1.920.903</b>	<b>1.884.734</b>
Residencial	203.494	155.743	133.251	492.488	446.134
Industrial	99.962	43.982	381.359	525.303	493.335
Comércio	105.883	50.933	134.141	290.957	286.334
Rural	30.216	12.468	14.154	56.838	58.220
Poder Público	32.606	1.400	9.420	43.426	51.345
Iluminação Pública	15.407	5	16.940	32.352	35.870
Serviço Público	16.619	95	1.429	18.143	18.869
Fornecimento não Faturado	461.396	-	-	461.396	494.627
<b>Suprimento a Outras Concessionárias</b>	<b>168.353</b>	<b>11.773</b>	<b>87.941</b>	<b>268.067</b>	<b>257.309</b>
Concessionárias e Permissionárias	141.864	11.773	26.858	180.495	174.245
Transações no Âmbito da CCEE	19.793	-	32.846	52.639	55.845
Outros Créditos	-	-	28.237	28.237	20.484
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	6.696	-	-	6.696	6.735
<b>Total</b>	<b>1.133.936</b>	<b>276.399</b>	<b>778.635</b>	<b>2.188.970</b>	<b>2.142.043</b>
PECLD com Clientes (b)				(691.762)	(675.589)
<b>Total Contas a Receber de Clientes – Líquido</b>				<b>1.497.208</b>	<b>1.466.454</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.461.854</b>	<b>1.421.771</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>35.354</b>	<b>44.683</b>

### b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:



**Notas Explicativas**

<b>Consumidores</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
Residencial	109.756	104.230
Industrial	235.397	232.255
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	116.309	110.284
Rural	9.482	8.569
Poder Público	11.320	11.405
Iluminação Pública	16.479	16.481
Serviço Público	1.373	1.356
Concessionárias e Permissionárias (ii)	49.029	49.087
Consumidores Livres	1.312	1.312
Outros	26.691	25.996
<b>Total</b>	<b>691.762</b>	<b>675.589</b>
<b>Circulante</b>	<b>577.148</b>	<b>560.975</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>114.614</b>	<b>114.614</b>

**b.1) Movimentação**

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>675.589</b>
Provisão Constituída no Período	19.764
Baixas de Contas a Receber	(3.591)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>691.762</b>

**(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil**

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil Renaux View S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc D tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D no montante de R\$55.795.

Em relação à Companhia Têxtil Renaux View S.A., a Administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

**b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil**

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>Total</b>
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>114.614</b>
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>114.614</b>

**(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF**

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$32.846 em 30 de junho de 2020, sendo que ao longo deste exercício foram revertidos R\$791 devido ao seu recebimento.

**Notas Explicativas****b.3) Movimentação da PECLD da GSF**

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>32.904</b>
Provisão Constituída no Período	733
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(791)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>32.846</b>

**10. ESTOQUES**

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de distribuição de energia e de materiais para uso administrativo.

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Almoxarifado	13.805	14.053
Outros	268	643
<b>Total</b>	<b>14.073</b>	<b>14.696</b>

**11. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.020.479	1.065.238
IRPJ/CSLL	10.956	10.905	115.502	21.692
ICMS	-	-	55.418	56.847
PIS/COFINS	-	-	16.653	16.652
Outros	-	-	995	995
<b>Total</b>	<b>10.956</b>	<b>10.905</b>	<b>1.209.047</b>	<b>1.161.424</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.956</b>	<b>10.905</b>	<b>806.407</b>	<b>68.579</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>402.640</b>	<b>1.092.845</b>

Em 1º de abril de 2019 a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014, em razão da limitação temporal conferida na decisão em razão da superveniência da Lei Federal nº 12.973/2014. A Celesc D possui reconhecido o montante de R\$1,020 bilhão de tributos a recuperar, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018 em contrapartida de outros passivos não circulantes – consumidores. A Companhia obteve a habilitação dos créditos pela Receita Federal em fevereiro de 2020. Desta forma, iniciou o processo de compensação dos tributos vincendos com o referido crédito e aguarda ainda definição do órgão regulador ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores. Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D reclassificou para o ativo circulante o crédito de PIS e COFINS com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

Além disso, destaca-se que a Companhia ingressou com outra ação judicial, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, a qual se encontra em tramitação. A ação, atualmente, aguarda o processamento do recurso de apelação interposto pela União – Fazenda Nacional, contra a sentença que julgou procedente o pedido da contribuinte. Em paralelo destaca-se que tramita no STF o recurso extraordinário nº 574706/PR que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela justiça federal referente ao processo de reconhecimento da exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, letra d e Nota 27, item iv).

**Notas Explicativas****12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES**

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	49.902	56.128
Compartilhamento de Infraestrutura	44.666	41.501
Adiantamento Proinfa	14.220	14.220
Diferença Reembolso CDE	2.858	21.698
Programa Baixa Renda	12.210	11.462
Despesas Paga Antecipadamente	7.851	6.034
Eletrosul (Despacho ANEEL nº 4.171/2017)	-	13.196
Conta Bandeiras	1.905	21.262
Outros Créditos	13.007	13.429
<b>Total</b>	<b>146.619</b>	<b>198.930</b>
<b>Circulante</b>	<b>143.262</b>	<b>193.898</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.357</b>	<b>5.032</b>

**13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO****13.1. Parcela A – CVA**

Descrição	Consolidado									
	31.12.2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	30.06.2020	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>565.797</b>	<b>316.486</b>	<b>(404.882)</b>	<b>25.847</b>	<b>513.987</b>	<b>1.017.235</b>	<b>212.582</b>	<b>804.653</b>	<b>901.007</b>	<b>116.228</b>
Energia	438.497	55.664	(251.364)	15.840	110.144	368.781	101.246	267.535	330.137	38.644
Custo da Energia de Itaipu	-	81.552	(2.780)	2.098	177.217	258.087	2.409	255.678	221.156	36.931
Proinfa	13.079	-	(10.443)	295	-	2.931	2.931	-	2.931	-
Transporte Rede Básica	51.694	(5.138)	(10.741)	1.092	-	36.907	3.016	33.891	32.012	4.895
Transporte de Energia	11.953	4.547	(5.132)	271	-	11.639	1.441	10.198	10.166	1.473
CDE	10.148	87.787	(99.916)	5.509	189.276	192.804	94.098	98.706	178.546	14.258
Neutralidade Parcela A	8.479	(3.969)	-	(20)	-	4.490	-	4.490	3.841	649
Sobrecontratação de Energia	-	71.126	-	624	37.350	109.100	-	109.100	93.341	15.759
Outros	31.947	24.917	(24.506)	138	-	32.496	7.441	25.055	28.877	3.619
<b>CVA Passiva</b>	<b>(578.261)</b>	<b>(130.887)</b>	<b>434.703</b>	<b>(8.510)</b>	<b>(593.169)</b>	<b>(876.124)</b>	<b>(225.778)</b>	<b>(650.346)</b>	<b>(738.822)</b>	<b>(137.302)</b>
Proinfa	-	(17.265)	-	(115)	-	(17.380)	-	(17.380)	(14.870)	(2.510)
Sobrecontratação Energia	(68.138)	-	51.827	(473)	(35.360)	(52.144)	(25.916)	(26.228)	(48.355)	(3.789)
ESS	(242.504)	(47.462)	123.500	(5.604)	-	(172.070)	(34.669)	(137.401)	(152.223)	(19.847)
CDE	(103.594)	-	35.449	4.738	63.407	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A	(41.077)	356	28.224	(356)	6.805	(6.048)	(6.048)	-	(6.048)	-
Devoluções Tarifárias	(119.326)	(18.142)	157.121	(850)	(259.488)	(240.685)	(125.708)	(114.977)	(180.714)	(59.971)
Outros	(3.622)	(48.374)	38.582	(5.850)	(368.533)	(387.797)	(33.437)	(354.360)	(336.612)	(51.185)
<b>Saldo Ativos/(Passivos)</b>	<b>(12.464)</b>	<b>185.599</b>	<b>29.821</b>	<b>17.337</b>	<b>(79.182)</b>	<b>141.111</b>	<b>(13.196)</b>	<b>154.307</b>	<b>162.185</b>	<b>(21.074)</b>

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
CVA 2018 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	170.472	14.726
CVA 2019 – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	511.227	164.547
<b>Total – CVA</b>	<b>681.699</b>	<b>179.273</b>
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(183.668)	(74.856)
Outros Itens – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	(356.920)	(116.881)
<b>Total – Outros Itens – CVA</b>	<b>(540.588)</b>	<b>(191.737)</b>
<b>Total</b>	<b>141.111</b>	<b>(12.464)</b>

**13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga**

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL. O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587, de 23 de julho de 2019;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

**Notas Explicativas**

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>42.360</b>	<b>60.730</b>	<b>46.387</b>	<b>27.948</b>	<b>113.285</b>	<b>290.710</b>
Atualização Monetária	36	52	40	24	99	251
Juros	2.513	3.653	2.698	1.885	5.921	16.670
Amortização/Baixa	(2.583)	(3.730)	(2.768)	(1.899)	(6.184)	(17.164)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>42.326</b>	<b>60.705</b>	<b>46.357</b>	<b>27.958</b>	<b>113.121</b>	<b>290.467</b>
<b>Circulante</b>						<b>32.967</b>
<b>Não Circulante</b>						<b>257.500</b>

**14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO**

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
<b>Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)</b>	<b>480.343</b>	<b>523.543</b>
Em Serviço	259.197	223.353
Em Curso	221.146	300.190
<b>Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>
Ativo Indenizável	2.421	2.421
<b>Total</b>	<b>482.764</b>	<b>525.964</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>482.764</b>	<b>525.964</b>

**a) Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia**

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no ativo intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>523.543</b>
(+) Novas Aplicações	35.459
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(79.044)
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	411
(-) Resgate	(26)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>480.343</b>

**b) Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia**

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Usinas	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
<b>Total</b>	<b>2.421</b>	<b>2.421</b>

**15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
<b>Não Circulante</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>	<b>137.478</b>

**Notas Explicativas****15.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan**

A Companhia possui 55.358.800 Ações Ordinárias – ON, e 55.357.200 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a. Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 30 de junho de 2020.

**Conciliação do Valor Contábil**

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ações Casan</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>137.261</b>	<b>137.261</b>

**16. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela a seguir apresenta a movimentação no resultado do período.

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>			
	<b>Outras Despesas</b>	<b>Receitas Financeiras</b>	<b>Tributos</b>	<b>Receita de Vendas</b>	<b>Receitas Financeiras</b>	<b>Despesa Financeiras</b>
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	-	1.211.608	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	48.256	-	-
Rede Subterrânea	-	19	-	-	19	-
<b>Celos</b>						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(21.586)
<b>Celosc Distribuição S.A.</b>						
Pessoal à Disposição	(5.143)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2019</b>	<b>(5.143)</b>	<b>19</b>	<b>1.211.608</b>	<b>48.256</b>	<b>19</b>	<b>(21.586)</b>
<b>Governo do Estado de SC:</b>						
ICMS	-	-	(1.130.778)	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	36.110	-	-
Rede Subterrânea	-	-	-	-	-	-
<b>Celos</b>						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(16.857)
<b>Celosc Distribuição S.A.</b>						
Pessoal à Disposição	(2.399)	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>(2.399)</b>	<b>-</b>	<b>(1.130.778)</b>	<b>36.110</b>	<b>-</b>	<b>(16.857)</b>

**Notas Explicativas**

b) A tabela abaixo apresenta os saldos e transações no período.

Descrição	Controladora		Consolidado				
	Contas a Receber	Outros Passivos	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas a Receber	Outros Créditos	Outros Passivos
<b>Governo do Estado de SC</b>							
ICMS	-	-	144.156	56.847	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	-	8.013	-	-
<b>Rondinha Energética S.A.</b>							
Dividendos	-	-	-	-	-	488	-
<b>Celos</b>							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	53	-	-	-	-	18.884
<b>Celcsc Distribuição S.A.</b>							
Pessoal à Disposição	-	451	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>-</b>	<b>504</b>	<b>144.156</b>	<b>56.847</b>	<b>8.013</b>	<b>488</b>	<b>18.884</b>
<b>Governo do Estado de SC</b>							
ICMS	-	-	114.751	55.418	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	-	-	-	-
<b>Celos</b>							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	45	-	-	-	-	13.499
<b>Celcsc Geração S.A.</b>							
Dividendos e JCP	21.165	-	-	-	-	-	-
<b>Celcsc Distribuição S.A.</b>							
Adiantamento a Fornecedores	8.307	-	-	-	-	-	-
Pessoal à Disposição	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	56.479	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>85.951</b>	<b>45</b>	<b>114.751</b>	<b>55.418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.499</b>

**c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração**

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Honorários	2.249	2.839	2.249	2.839
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	1.596	-	1.596
Encargos Sociais	586	672	586	672
Outros	370	133	370	133
<b>Total</b>	<b>3.205</b>	<b>5.240</b>	<b>3.205</b>	<b>5.240</b>

**17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL****a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos**

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
- (v) Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (vi) CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR.
- (vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Ativo	1.018.551	1.004.094
Passivo	(20.883)	(19.596)
<b>Tributo Diferido Líquido</b>	<b>997.668</b>	<b>984.498</b>



## Notas Explicativas

Diferenças Temporárias	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado Diferido Líquido	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Provisão p/ Contingências	183.828	179.056	-	-	183.828	179.056
Provisão p/ Perdas em Ativos	86.718	87.902	-	-	86.718	87.902
Benefício Pós-Emprego	883.526	875.252	-	-	883.526	875.252
Custo Atribuído	-	-	7.661	7.806	(7.661)	(7.806)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	52.978	54.038	(52.978)	(54.038)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	65.277	66.583	(65.277)	(66.583)
Bonificação de Outorga	-	-	30.321	29.131	(30.321)	(29.131)
Outras Provisões	-	-	167	154	(167)	(154)
<b>Total</b>	<b>1.154.072</b>	<b>1.142.210</b>	<b>156.404</b>	<b>157.712</b>	<b>997.668</b>	<b>984.498</b>

### b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R\$274.701 milhões atualizados até 30 de junho de 2020 está em demanda judicial junto a justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o reajuste tarifário de 2019 teve a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base. (Nota 2.1.1.1, letra d).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2020 são:

Ano	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
2020	66.333	54.142
2021	42.412	42.414
2022	35.133	35.135
2023	34.297	34.299
Acima de 2023	975.897	976.220
<b>Total</b>	<b>1.154.072</b>	<b>1.142.210</b>

### c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>26.782</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(838)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	285
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>26.229</b>
(-) Baixa do Custo Atribuído	(428)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	146
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>25.947</b>

### d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes,

## Notas Explicativas

está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>857.932</b>
(+) Adição do Passivo Atuarial	927.415
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(315.321)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>1.470.026</b>
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>1.470.026</b>

### e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>204.720</b>	<b>119.124</b>	<b>305.826</b>	<b>191.293</b>
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(69.605)</b>	<b>(40.502)</b>	<b>(103.981)</b>	<b>(65.040)</b>
<b>Adições e Exclusões Permanentes</b>				
Equivalência Patrimonial	71.428	44.530	6.680	8.447
Benefício Fiscal	-	-	(42)	(42)
Incentivo Fiscal	-	-	1.979	1.152
Provisões Indedutíveis	(341)	391	(341)	365
Multas Indedutíveis	-	-	(2.863)	(4.444)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos s/ Prejuízo Fiscal	(2.977)	(4.270)	(2.977)	(4.270)
Participação dos Administradores	(139)	(150)	(158)	(173)
Perdas Não Técnicas	-	-	(1.025)	(8.155)
Outras Adições (Exclusões)	1.634	1	1.622	(9)
<b>Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(101.106)</b>	<b>(72.169)</b>
Corrente	-	-	<b>(114.277)</b>	<b>(70.226)</b>
Diferido	-	-	<b>13.171</b>	<b>(1.943)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>33,06%</b>	<b>37,73%</b>

### f) Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

## 18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidade	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
<b>Controladas</b>	<b>1.209.998</b>	<b>1.028.428</b>	-	-
Celesc D	670.479	513.651	-	-
Celesc G	539.519	514.777	-	-
<b>Controladas em Conjunto</b>	<b>93.762</b>	<b>91.440</b>	<b>93.762</b>	<b>91.440</b>
SCGÁS	93.762	91.440	93.762	91.440
<b>Coligadas</b>	<b>101.203</b>	<b>93.835</b>	<b>174.353</b>	<b>155.132</b>
ECTE	73.245	65.509	73.245	65.509
DFESA	27.958	28.326	27.958	28.326
SPEs	-	-	73.150	61.297
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
<b>Total</b>	<b>1.404.963</b>	<b>1.213.703</b>	<b>268.115</b>	<b>246.572</b>



**Notas Explicativas****a) Informações sobre Investimentos**

							Controladora
Descrição	Ações da Companhia		Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro/ (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante				
Saldo em 31.12.2019							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	513.651	8.409.618	198.173	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	514.777	701.244	74.262	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Saldo em 30.06.2020							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	670.479	9.149.466	166.241	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	539.519	710.818	28.269	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	237.153	473.644	25.045	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	346.428	604.341	17.978	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	121.399	129.013	20.759	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	

						Consolidado
Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro/ (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Saldo em 31.12.2019						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	42.217	56.973	1.016
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	52.610	64.164	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.722	38.264	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.783	63.842	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	61.343	1.585.189	32.028
Saldo em 30.06.2020						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	237.153	473.644	25.045
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	346.428	604.341	17.978
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	121.399	129.013	20.759
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	42.825	53.540	821
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	46.016	55.777	3.948
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.993	37.939	264
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	37.742	63.331	39
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	186.640	1.636.585	29.419

**b) Movimentação dos Investimentos**

Descrição	Consolidado					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>513.651</b>	<b>514.777</b>	<b>65.509</b>	<b>91.440</b>	<b>28.326</b>	<b>1.213.703</b>
Dividendos e JCP Creditados	(9.413)	(3.527)	-	-	(5.149)	(18.089)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	166.241	28.269	7.736	3.056	4.781	210.083
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>670.479</b>	<b>539.519</b>	<b>73.245</b>	<b>93.762</b>	<b>27.958</b>	<b>1.404.963</b>

Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>65.509</b>	<b>91.440</b>	<b>28.326</b>	<b>61.297</b>	<b>246.572</b>
Integralizações	-	-	-	10.289	10.289
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	-	-	(5.149)	(2.511)	(7.660)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.736	3.056	4.781	4.075	19.648
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>73.245</b>	<b>93.762</b>	<b>27.958</b>	<b>73.150</b>	<b>268.115</b>

**c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão**

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de junho de 2020 é de R\$34.869 (R\$35.603 em 31 de dezembro de 2019). O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

**Notas Explicativas****19. IMOBILIZADO****19.1. Composição do Saldo**

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Consolidado	
						Obras em Andamento (i)	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>9.610</b>	<b>13.051</b>	<b>31.565</b>	<b>86.185</b>	<b>385</b>	<b>34.000</b>	<b>174.796</b>
Custo do Imobilizado	20.202	169.822	50.169	170.673	1.752	34.000	446.618
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.285)	(17.881)	(80.832)	(1.392)	-	(239.718)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>9.610</b>	<b>13.051</b>	<b>31.565</b>	<b>86.185</b>	<b>385</b>	<b>34.000</b>	<b>174.796</b>
Adições	-	-	-	-	-	10.479	10.479
Depreciação	-	(213)	(451)	(1.854)	(83)	-	(2.601)
(+/-) Transferências	-	-	-	834	464	(1.298)	-
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>9.610</b>	<b>12.838</b>	<b>31.114</b>	<b>85.165</b>	<b>766</b>	<b>43.181</b>	<b>182.674</b>
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.036	2.216	43.181	455.862
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.737)	(18.329)	(82.215)	(1.475)	-	(241.084)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>9.610</b>	<b>12.838</b>	<b>31.114</b>	<b>85.165</b>	<b>766</b>	<b>43.181</b>	<b>182.674</b>
<b>Taxa Média de Depreciação</b>	<b>0%</b>	<b>3,46%</b>	<b>2,41%</b>	<b>3,11%</b>	<b>13,13%</b>	<b>0,00%</b>	

(i) No 1º semestre de 2020 a Celesc G concluiu R\$1.298 dos projetos em andamento.

**19.2. Depreciação**

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Consolidado	
Administração	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	5,5
Veículos	13,3
Móveis e Utensílios	6,3
Operação	
	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,4
Máquinas e Equipamentos	3,1
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3,5
Veículos	12,8
Móveis e Utensílios	2,8

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da administração central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

**19.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação**

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 30 de junho de 2020:

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	132.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.259	48.225
Outros	13.956	13.956
<b>Total</b>	<b>206.499</b>	<b>206.465</b>

## Notas Explicativas

### 20. INTANGÍVEL

#### i) Ágio ECTE

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	31.12.2019	Amortizações	Controladora
			30.06.2020
Ágio ECTE (i)	5.446	(251)	5.195

#### ii) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (ii)	Software Adquiridos	Ágio	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
						Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>3.448.815</b>	<b>754</b>	<b>5.446</b>	<b>70</b>	<b>1.791</b>	<b>3.456.876</b>
Custo Total	5.362.938	6.495	14.248	70	1.791	5.385.542
Amortização Acumulada	(1.914.123)	(5.741)	(8.802)	-	-	(1.928.666)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>3.448.815</b>	<b>754</b>	<b>5.446</b>	<b>70</b>	<b>1.791</b>	<b>3.456.876</b>
Adições	236.770	-	-	-	116	236.886
Baixas	(21.037)	-	-	-	-	(21.037)
Amortizações	(115.228)	(377)	(251)	-	-	(115.856)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>3.549.320</b>	<b>377</b>	<b>5.195</b>	<b>70</b>	<b>1.907</b>	<b>3.556.869</b>
Custo Total	5.578.671	6.495	14.248	70	1.907	5.601.391
Amortização Acumulada	(2.029.351)	(6.118)	(9.053)	-	-	(2.044.522)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>3.549.320</b>	<b>377</b>	<b>5.195</b>	<b>70</b>	<b>1.907</b>	<b>3.556.869</b>
Taxa Média Amortização	4,3%	20%	1,8%	0%	0%	

### 21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019
Empregados a Disposição	-	451
Materiais e Serviços	526	577
<b>Total</b>	<b>526</b>	<b>1.028</b>

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Energia Elétrica	513.497	503.374
Encargos de Uso da Rede Elétrica	83.820	93.916
Materiais e Serviços	81.423	160.947
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	92.275	238.488
<b>Total</b>	<b>771.015</b>	<b>996.725</b>

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

Em relação aos montantes ao final de 2019 e em junho de 2020, ressalta-se que o ano de 2019 apresenta um saldo devedor referente ao Parcelamento do SUM001 de agosto e setembro/2018, saldo este que foi reduzido ao longo do ano, restando, portanto, saldo bastante inferior para o ano de 2020. Além disso, com o advento da pandemia de COVID-19, os valores pagos diretamente à CCEE apresentaram diminuição devido à menor demanda de energia, que levaram os preços do mercado de curto prazo (PLD) para o piso.

### 22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem cinco classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Nota Promissória comercial, (iii) Empréstimos da Eletrobrás, (iv) Empréstimos Tipo Finame e v) Empréstimos – BID, e são garantidos por recebíveis e aval da Holding, conforme disposições contratuais.

## Notas Explicativas

		Consolidado	
Descrição		30.06.2020	31.12.2019
<b>Total Moeda Nacional</b>		<b>1.237.471</b>	<b>813.035</b>
Empréstimos Bancários (i)	7,40% a.a.	150.447	150.357
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	239.505	301.388
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a.	335.716	336.200
Nota Promissória Comercial (ii)	CDI+4,5% a.a.	491.853	-
Empréstimos Eletrobras (iii)	5% a.a.	4.294	5.438
Empréstimos Finame (iv)	2,5% a 9,5% a.a.	15.656	19.652
<b>Total Moeda Estrangeira</b>		<b>512.461</b>	<b>474.596</b>
Empréstimo – BID (v)	CDI + 0,89% a 1,44% a.a	512.461	474.596
<b>Total</b>		<b>1.749.932</b>	<b>1.287.631</b>
<b>Circulante</b>		<b>988.414</b>	<b>383.623</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>761.518</b>	<b>904.008</b>

### i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para o reforço de caixa da Companhia.

Por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, em abril de 2018, houve a contratação de mais R\$150 milhões junto ao Banco Safra, com juros pré-fixados em 7,40% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação estava prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*). Contudo, em abril de 2019 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para mais 12 meses, sendo mantida a modalidade *bullet* para sua liquidação no final de sua vigência. Por estratégia da Companhia, esta CCB foi repactuada mais uma vez, por 120 (cento e vinte) dias, tendo seu vencimento previsto para Agosto de 2020. Tanto a amortização se mantém na modalidade *Bullet*, como a taxa de juros também foi mantida no mesmo percentual que fora contratada.

Em novembro de 2018, ocorreu a contratação de R\$100 milhões, junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,25% a.a. exigida trimestralmente. O período de vigência de 24 meses tem previsão de amortização em 4 parcelas trimestrais, com início em fevereiro de 2020 e término em novembro de 2020.

Também em novembro de 2018 e por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, houve a contratação de R\$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência de 36 meses tem uma carência 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início para junho de 2020 e término em novembro de 2021.

Encerrando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foi contratado R\$335 milhões junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com remuneração a taxa equivalente ao CDI + 0,80% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, tendo esse o início da amortização prevista para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

### ii) Nota Promissória Comercial

Em 29 de maio de 2020, a Celesc D efetuou a primeira emissão de 489 (quatrocentos e oitenta e nove) Notas Promissórias Comerciais, com valor unitário de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), totalizando R\$ 489.000.000,00 milhões (quatrocentos e oitenta e nove milhões de reais), com vencimento em 24 de maio de 2021, sendo o pagamento da amortização única na modalidade *Bullet*. As Notas Promissórias farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia "Over extra grupo", calculadas e divulgadas pela B3, base 252 dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) equivalente a 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. O pagamento de juros também ocorrerá na data de vencimento.

### iii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5,00% a.a., taxa de administração de 2,00% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

### iv) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,50% a 9,50% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

**Notas Explicativas****v) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* de 3 meses (*USD-LIBOR 3m*) acrescida de *spread*, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018, no valor de US\$70.374.302,95 (setenta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e dois dólares americanos e noventa e cinco centavos) e a segunda, em 28 de janeiro de 2019, no valor de US\$9.704.328,10 (nove milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e vinte e oito dólares americanos e dez centavos).

Em 2 de maio de 2019, a Celesc D optou pela conversão, em moeda nacional, do saldo devedor liberado até aquela data, no montante de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos), e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, que passou a ser CDI+0,89% a.a. (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, não mais havendo, portanto, incidência de variação cambial.

Ato contínuo à transação, ocorreram mais três liberações: a terceira, em 7 de outubro de 2019, no valor de US\$26.210.755,00 (vinte e seis milhões, duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e cinco dólares americanos), a quarta, em 10 de dezembro de 2019, no valor de US\$9.767.891,73 (nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e um dólares americanos e setenta e três centavos) e a quinta, em 09 de junho de 2020, no valor total de US\$7.273.169,76 ( sete milhões, duzentos e setenta e três mil, cento e sessenta e nove dólares americanos e setenta e seis centavos).

Assim como nas anteriores, também optou-se pela conversão do saldo liberado a taxa de juros nacional, atrelada ao CDI, ficando em CDI+0,935% a.a. para a liberação ocorrida em 07 de outubro de 2019, CDI+0,77% a.a. para a liberação ocorrida em 10 de dezembro de 2019, e CDI+1,14% a.a. para a liberação ocorrida em 09 de junho de 2020, (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, com vistas a não haver incidência de variação cambial nesse financiamento.

**a) Composição dos Vencimentos**

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Ano 2021 – 1tri	-	91.219	-	-	-	91.219
Ano 2021 – 2tri a 4tri	169.877	260.630	-	-	169.877	260.630
Ano 2022	79.107	79.107	-	-	79.107	79.107
Ano 2023	3.259	3.259	-	-	3.259	3.259
Ano 2024	1.503	1.139	25.389	23.415	26.892	24.554
Ano 2025 +	-	364	482.383	444.875	482.383	445.239
<b>Total</b>	<b>253.746</b>	<b>435.718</b>	<b>507.772</b>	<b>468.290</b>	<b>761.518</b>	<b>904.008</b>

**b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional**

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>377.317</b>	<b>435.718</b>	<b>813.035</b>
Ingressos	489.000	-	489.000
Atualização Monetária	8.584	-	8.584
Encargos Provisionados	22.857	-	22.857
Transferências	181.972	(181.972)	-
Amortizações de Principal	(66.239)	-	(66.239)
Pagamentos de Encargos	(29.766)	-	(29.766)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>983.725</b>	<b>253.746</b>	<b>1.237.471</b>



## Notas Explicativas

### c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>6.306</b>	<b>468.290</b>	<b>474.596</b>
Ingressos	-	36.213	36.213
Atualização Monetária	-	3.269	3.269
Encargos Provisionados	12.854	-	12.854
Pagamentos de Encargos	(14.471)	-	(14.471)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>4.689</b>	<b>507.772</b>	<b>512.461</b>

## 23. DEBÊNTURES

### 23.1. Debêntures 2018 – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc Holding prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 30 de Junho de 2020, foram pagos R\$31 milhões de juros remuneratórios.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2019 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

### 23.2. Debêntures 2018 – Celesc G

A Celesc G emitiu, em 1º de junho de 2018, 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R\$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As debêntures possuem prazo de cinco anos, contados da data de sua emissão, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano, até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva. Até 30 de junho de 2020, foram pagos R\$22,5 milhões de remuneração e R\$44,1 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de junho de 2020 ambas apresentaram uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tais obrigações.

## Notas Explicativas

### 23.5. Movimentação das Debêntures

Consolidado	
Descrição	Total
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>373.945</b>
Encargos Provisionados	9.604
Pagamentos Encargos	(11.245)
Pagamento Principal	(50.980)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	310
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	245
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>321.879</b>
<b>Circulante</b>	<b>103.494</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>218.385</b>

### 23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Consolidado		
Descrição	30.06.2020	31.12.2019
Ano 2020	559	1.115
Ano 2021	1.113	1.113
Ano 2022	1.113	1.113
Ano 2023	528	528
<b>Total</b>	<b>3.313</b>	<b>3.869</b>

### 23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Controladora	
Descrição	
<b>Saldo Dividendos e JCP em 31.12.2019</b>	<b>67.683</b>
Pagamentos – Variações no Fluxo de Financiamento	(1)
Variações que não Afetam Caixa	-
<b>Saldo Dividendos e JCP em 30.06.2020</b>	<b>67.682</b>

Descrição	31.12.2019	Ingressos de Recursos	Pagamento do Principal	Total da Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	30.06.2020
Emp./Financiamentos	1.287.631	525.213	(66.239)	458.974	(44.237)	47.564	1.749.932
Debêntures	373.945	-	(50.980)	(50.980)	(11.245)	10.159	321.879
Dividendos e JCP	67.683	-	(1)	(1)	-	-	67.682
<b>Total</b>	<b>1.729.259</b>	<b>525.213</b>	<b>(117.220)</b>	<b>407.993</b>	<b>(55.482)</b>	<b>57.723</b>	<b>2.139.493</b>

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$35.711. As Debêntures totalizaram R\$9.604, sendo R\$555 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2020.

## 24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Controladora		Consolidado	
Descrição	30.06.2020	31.12.2019 (Reapresentado)	30.06.2020 (Reapresentado)
Provisões e Encargos Sociais da Folha	681	378	100.848
Plano de Desligamento Incentivado – PDI (a)	-	-	157.393
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.062
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	37.557
Folha de Pagamento Líquida	503	254	37.429
<b>Total</b>	<b>1.184</b>	<b>632</b>	<b>337.289</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.184</b>	<b>632</b>	<b>262.738</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74.551</b>

#### a) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual) com um custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 realizou desligamentos até julho de 2019 com 315 saídas efetivadas a um custo total de cerca de R\$115 milhões.

## Notas Explicativas

Dando continuidade ao planejamento de desligamentos, a Celesc D abriu inscrições para a edição de 2019 do programa de desligamento, que conta com mais de 600 empregados inscritos. As inscrições foram homologadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como autorizada a execução orçamentária do plano. Até junho de 2020 foram desligados 287 empregados. As saídas neste plano irão até julho de 2020.

Este programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

### b) Plano de Demissão Incentivada Emergencial – PDI-E

O Conselho de Administração aprovou, em 23 de abril de 2020, que a Celesc D realizasse um Plano de Demissão Incentivada Emergencial – PDI-E para empregados com mais de 33 anos de trabalho, contendo duas fases: uma de inscrição e outra de confirmação.

As inscrições ocorreram entre 27 de abril e 4 de maio de 2020 e, dos 270 empregados candidátaveis ao plano, 132 efetivaram seu interesse. As saídas ocorreram em 31 de maio e 30 de junho de 2020, com o desligamento de 91 empregados até o momento. As saídas neste plano irão até julho de 2020.

As provisões no resultado acontecerão nos referidos meses em que as saídas ocorrerem, tendo em vista estarem dentro do Exercício Fiscal de 2020.

## 25. TRIBUTOS

### 25.1. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e IRRF s/ JCP

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
IRPJ	-	-	83.965	7.870
CSLL	-	-	31.678	3.874
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	4.178	-	4.178
<b>Total a Recolher</b>	<b>-</b>	<b>4.178</b>	<b>115.643</b>	<b>15.922</b>
(-) Tributos a Recuperar	(10.956)	(10.905)	(115.502)	(21.692)
<b>Tributos Líquidos</b>	<b>(10.956)</b>	<b>(6.727)</b>	<b>141</b>	<b>(5.770)</b>

### 25.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
ICMS	-	-	114.751	144.156
PIS e COFINS	8	5.572	174.360	45.183
Outros	226	105	3.084	4.035
<b>Total a Recolher</b>	<b>234</b>	<b>5.677</b>	<b>292.195</b>	<b>193.374</b>
(-) Tributos a Compensar	-	-	(1.093.545)	(1.139.732)
<b>Tributos Líquidos</b>	<b>234</b>	<b>5.677</b>	<b>(801.350)</b>	<b>(946.358)</b>

## 26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Programa Eficiência Energética – PEE	181.239	162.400
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	80.097	19.441
Parcelamento ECE	-	67.000
Encargo Conta Bandeiras	53	35.736
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	72.835	69.638
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	654
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	-	153
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEED	-	417
Outros	1.159	-
<b>Total</b>	<b>335.383</b>	<b>355.439</b>
<b>Circulante</b>	<b>150.306</b>	<b>166.014</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>185.077</b>	<b>189.425</b>

### (i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).



**Notas Explicativas****27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

**a) Contingências Prováveis**

Contingências	Depósitos Judiciais		Controladora	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	4.686	4.669	-	-
Cíveis	8.451	8.373	309	292
Regulatórias	8.182	8.182	2.983	2.983
Ambientais	-	-	11	-
<b>Total</b>	<b>23.436</b>	<b>23.341</b>	<b>4.566</b>	<b>4.538</b>

Contingências	Depósitos Judiciais		Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019	30.06.2020	31.12.2019
Tributária (i)	3.753	3.752	9.640	9.641
Trabalhistas (ii)	44.120	45.382	59.244	60.123
Cíveis (iii)	100.778	75.221	141.564	130.581
Regulatórias (iv)	46.699	46.699	308.718	303.762
Ambientais (v)	-	-	2.004	2.123
<b>Total</b>	<b>195.350</b>	<b>171.054</b>	<b>521.170</b>	<b>506.230</b>

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões p/Riscos
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>23.341</b>	<b>4.538</b>	<b>171.054</b>	<b>506.230</b>
Constituição	103	34	67.992	58.032
Atualização Financeira	-	-	-	4.956
Baixas	(8)	(6)	(43.696)	(48.048)
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>23.436</b>	<b>4.566</b>	<b>195.350</b>	<b>521.170</b>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera Administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

**i) Contingências Tributárias**

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas à notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$3,6 milhões e se refere a execução fiscal proposta pela União, tendo por objeto a contribuição previdenciária, prevista no artigo 31 da Lei no 8212/91, incidente sobre faturas de serviços prestados mediante cessão de mão de obra. A Celesc D opôs embargos à execução fiscal, sustentando a inexigibilidade do tributo, os quais foram julgados parcialmente procedentes, determinando à União a retificação da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos termos da decisão. O processo encontra-se em fase final de ajustamento da CDA e apuração de crédito tributário remanescente.

Já na esfera municipal, as contingências para exigência de ISS são de naturezas diversas, totalizam R\$3,5 milhões e os procedimentos fiscais encontram-se em trâmite administrativo.

**ii) Contingências Trabalhistas**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

## Notas Explicativas

### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), dentre outras.

### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, letra d).

### v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

### b) Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	Consolidado	
	30.06.2020	31.12.2019
Tributárias (i)	4.227	4.227
Trabalhistas (ii)	17.505	15.676
Cíveis (iii)	318.372	276.243
Regulatórias (iv)	153.774	148.679
Ambientais (v)	45.670	46.962
<b>Total</b>	<b>539.548</b>	<b>491.787</b>

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

#### i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS.

#### ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

#### iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

#### iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

**Notas Explicativas****v) Contingências Ambientais**

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

**28. PASSIVO ATUARIAL**

	<b>Consolidado</b>	
<b>Obrigações Registradas</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
<b>Planos Previdenciários</b>	<b>1.447.650</b>	<b>1.467.554</b>
Plano Misto e Plano Transitório (a)	1.447.650	1.467.554
<b>Planos Assistenciais</b>	<b>1.358.452</b>	<b>1.370.922</b>
Plano Celos Saúde (b)	1.295.394	1.308.002
Outros Benefícios (c)	63.058	62.920
<b>Total</b>	<b>2.806.102</b>	<b>2.838.476</b>
<b>Circulante</b>	<b>144.218</b>	<b>176.528</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.661.884</b>	<b>2.661.948</b>

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

**a) Plano Misto e Plano Transitório**

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões refere-se ao saldo da dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**b) Plano Celos Saúde**

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

**c) Outros Benefícios**

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

**28.1. Resultados da Avaliação Atuarial****a) Obrigações Atuariais**

	<b>Consolidado</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Plano Misto</b>	<b>Plano Transitório</b>	<b>Plano Celos Saúde</b>	<b>Plano Pecúlio</b>	<b>Outros Benefícios</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>2.090.835</b>	<b>695.089</b>	<b>957.713</b>	<b>2.021</b>	<b>53.752</b>	<b>3.799.410</b>
Custo do Serviço Corrente Líquido	5.894	-	(20.065)	117	-	(14.054)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	(2.901)	81.440
Juros s/ Obrigação Atuarial	185.316	59.030	84.600	164	4.711	333.821
Benefícios Pagos no Período	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(4.627)	(340.634)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	547.102	92.828	355.069	49	11.985	1.007.033
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>2.687.478</b>	<b>778.947</b>	<b>1.335.525</b>	<b>2.146</b>	<b>62.920</b>	<b>4.867.016</b>

## Notas Explicativas

### b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2018</b>	<b>650.262</b>	<b>373.993</b>	<b>926.828</b>	<b>0</b>	<b>53.752</b>
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.637.050)	(361.821)	(27.523)	(11.362)	-
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.687.478	778.947	1.335.525	2.146	62.920
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-	-	9.216	-
<b>Passivo (Ativo) em 31.12.2019</b>	<b>1.050.428</b>	<b>417.126</b>	<b>1.308.002</b>	<b>0</b>	<b>62.920</b>

### c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>1.440.573</b>	<b>321.096</b>	<b>30.885</b>	<b>9.655</b>	<b>1.802.209</b>
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(336.007)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	84.341
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	73.190	58.109	48.400	-	179.699
Rendimentos Esperados dos Ativos	128.840	28.124	2.512	852	160.328
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	136.116	22.492	(12.482)	1.060	147.186
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>1.637.050</b>	<b>361.821</b>	<b>27.523</b>	<b>11.362</b>	<b>2.037.756</b>

### d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019
Plano Transitório	5.914	8.397
Plano Misto	25.735	17.950
Plano Médico	13.825	16.705
Outros Benefícios	2.163	2.414
<b>Total</b>	<b>47.637</b>	<b>45.466</b>
Despesa Pessoal	30.780	23.881
Despesa Financeira	16.857	21.585
<b>Total</b>	<b>47.637</b>	<b>45.466</b>

### e) Despesa Estimada para o Exercício de 2020

A estimativa da despesa para o exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Planos	b	
	Despesa a ser Reconhecida em 2020	
Plano Transitório	11.826	
Plano Misto	51.469	
Plano Pecúlio	4.328	
Plano Médico	27.651	
<b>Total</b>	<b>95.274</b>	

### f) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Total (Reapresentado)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>1.467.554</b>	<b>1.308.002</b>	<b>62.920</b>	<b>2.838.476</b>
Pagamento	(51.553)	(26.433)	(2.025)	(80.011)
Provisão	31.649	13.825	2.163	47.637
<b>Saldo em 30.06.2020</b>	<b>1.447.650</b>	<b>1.295.394</b>	<b>63.058</b>	<b>2.806.102</b>

## 29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Em 21 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, aumentando o valor do Capital Social Autorizado para R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais).

**Notas Explicativas**

Além do aumento do Capital Social autorizado, aprovou também, o aumento do Capital Social integralizado para R\$2.480.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de reais). A integralização será realizada com a incorporação de parte das Reservas de Retenção de Lucros de anos anteriores, sem qualquer emissão de novas ações.

O novo Estatuto Social foi encaminhado à Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina, seguindo o rito natural desse ato societário, que já se manifestou favorável à proposta, enviando o processo para a Assembleia Legislativa.

O assunto, no momento, está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, e deverá, ainda, passar pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia antes de ser enviado ao Pleno para votação e aprovação.

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$1.455.155 em 30 de junho de 2020 e R\$1.454.873 em 31 de dezembro de 2019, no Patrimônio Líquido:

	<b>Consolidado</b>	
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
Custo Atribuído – Celesc G (a)	14.871	15.153
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.470.026)	(1.470.026)
<b>Total</b>	<b>(1.455.155)</b>	<b>(1.454.873)</b>

(a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

(b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

**c) Lucro Básico e Diluído por Ação**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2020 e de 2019, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de junho de 2020 e de 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

**d) Composição do Lucro Básico e Diluído**

<b>Descrição</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>30.06.2019</b>
<b>Média Ponderada de Ações (milhares)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
<b>Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	5,0083	2,9143
Ações Preferenciais Nominativas – PN	5,5092	3,2057
<b>Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	77.765	45.250
Ações Preferenciais Nominativas – PN	126.955	73.874
<b>Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia</b>	<b>204.720</b>	<b>119.124</b>

**e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

## Notas Explicativas

### 30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Consolidado				
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos da Concessão	29.12.2017 a 31.12.2020	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2020 à 14.05.2021	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

### 31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019, são as seguintes:

30.06.2020					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	<b>4.021.122</b>	<b>63.447</b>	<b>(2.763)</b>	<b>4.081.806</b>
Custo das Vendas	-	(3.521.229)	(17.383)	2.763	(3.535.849)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	-	<b>499.893</b>	<b>46.064</b>	-	<b>545.957</b>
Despesas com Vendas	-	(104.725)	(599)	-	(105.324)
Despesas Gerais e Administrativas	(9.353)	(174.591)	(7.412)	-	(191.356)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.019)	46.056	383	-	45.420
Resultado de Equivalência Patrimonial	210.083	-	4.075	(194.510)	19.648
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>199.711</b>	<b>266.633</b>	<b>42.511</b>	<b>(194.510)</b>	<b>314.345</b>
Receitas Financeiras	5.044	87.673	2.120	(964)	93.873
Despesas Financeiras	(35)	(99.405)	(3.916)	964	(102.392)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>5.009</b>	<b>(11.732)</b>	<b>(1.796)</b>	-	<b>(8.519)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>204.720</b>	<b>254.901</b>	<b>40.715</b>	<b>(194.510)</b>	<b>305.826</b>
IRPJ e CSLL	-	(88.660)	(12.446)	-	(101.106)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>204.720</b>	<b>166.241</b>	<b>28.269</b>	<b>(194.510)</b>	<b>204.720</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.686.286</b>	<b>9.149.466</b>	<b>710.818</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>74.442</b>	<b>8.478.987</b>	<b>171.299</b>		

30.06.2019					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	-	<b>3.842.383</b>	<b>74.586</b>	<b>(2.627)</b>	<b>3.914.342</b>
Custo das Vendas	-	(3.414.512)	(15.821)	2.627	(3.427.706)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	-	<b>427.871</b>	<b>58.765</b>	-	<b>486.636</b>
Despesas com Vendas	-	(120.217)	1.953	-	(118.264)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.467)	(161.559)	(7.178)	-	(182.204)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.149	35.560	(318)	-	36.391
Resultado de Equivalência Patrimonial	130.969	-	572	(106.697)	24.844
<b>Resultado das Atividades</b>	<b>118.651</b>	<b>181.655</b>	<b>53.794</b>	<b>(106.697)</b>	<b>247.403</b>
Receitas Financeiras	511	128.182	5.386	(4.028)	130.051
Despesas Financeiras	(38)	(183.437)	(6.714)	4.028	(186.161)
<b>Resultado Financeiro, Líquido</b>	<b>473</b>	<b>(55.255)</b>	<b>(1.328)</b>	-	<b>(56.110)</b>
<b>Lucro Antes IRPJ e CSLL</b>	<b>119.124</b>	<b>126.400</b>	<b>52.466</b>	<b>(106.697)</b>	<b>191.293</b>
IRPJ e CSLL	-	(54.511)	(17.658)	-	(72.169)
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>119.124</b>	<b>71.889</b>	<b>34.808</b>	<b>(106.697)</b>	<b>119.124</b>
<b>S</b>					
<b>Total dos Ativos</b>	<b>1.952.197</b>	<b>8.883.146</b>	<b>679.456</b>		
<b>Total dos Passivos</b>	<b>25.931</b>	<b>7.829.958</b>	<b>184.456</b>		



## Notas Explicativas

### 31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>6.390.822</b>	<b>6.451.339</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.940.767	3.542.972
Fornecimento não faturado	(33.278)	8.250
Suprimento de Energia Elétrica (a)	238.123	244.994
Suprimento não faturado	(39)	(687)
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	2.240.774	2.095.451
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	411	2.603
Receita Financeira Bonificação de Outorga (a)	16.921	22.331
Renda de Prestação de Serviços	409	1.435
Energia Elétrica de Curto Prazo	226.859	299.180
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	215.420	(416.673)
Outras Receitas Operacionais	2.589	8.632
Doações e Subvenções (ii)	319.083	394.826
Receita de construção	222.783	248.025
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.309.016)</b>	<b>(2.536.997)</b>
ICMS	(1.130.778)	(1.211.608)
PIS	(101.596)	(102.087)
COFINS	(467.962)	(470.223)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(601.540)	(712.934)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(19.482)	(18.482)
Programa Eficiência Energética – PEE	(19.032)	(18.024)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.928)	(3.621)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(381)	(590)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	35.683	572
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.081.806</b>	<b>3.914.342</b>

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica p/ Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) no primeiro semestre de 2020 foi de R\$319.415. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R8.009, fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$20.687 e diferença de reembolso CDE em R\$29.028.

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Residencial	2.427.732	2.367.190	3.261.087	3.233.902	1.991.762	2.167.343
Industrial	112.656	108.935	4.780.964	5.246.014	681.114	849.147
Comercial	282.225	275.274	2.150.851	2.326.733	1.063.810	1.281.905
Rural	232.377	234.300	635.706	643.848	304.856	289.153
Poder Público	23.498	23.146	195.822	237.592	123.254	159.443
Iluminação Pública	3.612	815	320.231	326.929	118.355	131.776
Serviço Público	865	3.479	196.065	185.002	106.304	104.065
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons.Cat.	-	-	-	-	(1.481.966)	(1.431.610)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.082.965</b>	<b>3.013.139</b>	<b>11.540.726</b>	<b>12.200.020</b>	<b>2.907.489</b>	<b>3.551.222</b>
Suprimento de Energia	103	98	1.387.141	1.406.437	238.084	244.307
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	16.921	22.331
<b>Total</b>	<b>3.083.068</b>	<b>3.013.237</b>	<b>12.927.867</b>	<b>13.606.457</b>	<b>3.162.494</b>	<b>3.817.860</b>

(i) Informações não auditadas

## Notas Explicativas

### 31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

	30.06.2020				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	2.407.522	-	-	-	2.407.522
Encargos de Uso da Rede Elétrica (a)	428.022	-	-	-	428.022
Proinfa (a)	77.428	-	-	-	77.428
Pessoal (b)	229.672	96.781	29.978	12.403	368.834
Administradores	-	3.205	-	-	3.205
Despesa Atuarial (CPC 33)	-	30.780	-	-	30.780
Entidade de Previdência Privada (b)	8.139	3.993	1.221	-	13.353
Material	4.412	2.323	-	-	6.735
Custo de Construção	222.783	-	-	-	222.783
Custos e Serviços de Terceiros	48.356	34.943	26.371	560	110.230
Depreciação e Amortização	105.240	12.966	-	985	119.191
Provisões Líquidas	-	-	16.173	9.982	26.155
Compartilhamento de Infraestrutura (c)	987	10.684	314	(74.804)	(62.819)
Outros Custos e Despesas	3.288	(4.319)	31.267	5.454	35.690
<b>Total</b>	<b>3.535.849</b>	<b>191.356</b>	<b>105.324</b>	<b>(45.420)</b>	<b>3.787.109</b>

	30.06.2019				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.318.163	-	-	-	2.318.163
Encargos de uso da rede elétrica (a)	416.207	-	-	-	416.207
Proinfa (a)	93.096	-	-	-	93.096
Pessoal (b)	182.667	89.171	31.190	5.363	308.391
Administradores	-	5.240	-	-	5.240
Despesa Atuarial (CPC 33)	-	23.881	-	-	23.881
Entidade de Previdência Privada (b)	8.820	3.730	1.361	-	13.911
Material	4.847	3.153	-	-	8.000
Custo de Construção	248.025	-	-	-	248.025
Custos e Serviços de Terceiros	51.354	37.335	28.653	437	117.779
Depreciação e Amortização	98.395	12.479	-	985	111.859
Provisões Líquidas	-	-	20.297	14.912	35.209
Compartilhamento de Infraestrutura (c)	993	10.173	358	(61.394)	(49.870)
Outros Custos e Despesas	5.139	(2.958)	36.405	3.306	41.892
<b>Total</b>	<b>3.427.706</b>	<b>182.204</b>	<b>118.264</b>	<b>(36.391)</b>	<b>3.691.783</b>



## Notas Explicativas

### a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30.06.2020	GWh (i)	Consolidado	
			30.06.2019	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A	599.928	1.867	417.483	1.837
Engie Brasil Energia Comercializadora	158.316	676	152.217	670
Petrobras S/A - Ute Governador Leon	112.488	897	100.763	903
Santo Antônio Energia S.A.	92.414	669	89.390	663
Cemig - Geração e Transmissão S/A	81.893	359	83.226	357
Eletrobras Termonuclear S.A.	89.164	350	80.558	346
Norte Energia S/A	77.333	647	74.895	642
Furnas Centrais Elétricas S/A	66.752	606	62.267	564
Porto do Pecem Geração de Energia	38.379	235	42.721	234
Rio Paraná Energia S.A.	49.499	312	42.242	280
Chesf - Cia Hidro Elétrica. do São Francisco	44.706	870	36.032	779
Cesp - Companhia En. de São Paulo	33.647	149	32.350	148
Aliança Geração de Energia S.A.	24.469	122	26.452	143
Foz do Chapecó Energia S.A	24.000	104	23.435	103
Companhia Energética Estreito	22.722	102	21.847	102
UHE São Simão Energia S.A	22.345	163	21.264	167
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	20.582	121	20.766	120
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	19.880	89	19.844	88
Companhia Energética Petrolina	11.345	100	17.736	99
Energética Suape II S.A.	11.407	101	12.982	101
Centrais Elétricas de Pernambuco	15.806	138	12.713	137
Serra do Facão Energia S.A.	11.212	48	10.583	48
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	10.507	54	-	-
Ventos de Santo Antônio Geradora	-	-	9.203	-
Companhia Energética Potiguar S.A.	7.563	21	9.078	66
Delta Comercializadora de Energia	-	-	7.688	38
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	6.837	79	6.664	78
EMAE - Empresa Metropolitana de Água	7.392	21	6.579	22
Centrais Elétricas de Sergipe	17.520	87	-	-
Cgtee - Cia de Ger. Term. de E.E.	17.344	95	6.109	69
Rio PCH I S.A.	-	-	5.953	27
Empresa Energética Porto das Pedras	6.007	26	5.781	26
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro.	5.973	26	5.638	26
Eletrosul Centrais Elétricas SA	-	-	5.497	26
ENEL Greem Power Mourão SA	-	-	5.478	28
EOL São Clemente	-	-	4.897	33
Companhia Energética Jaguará	5.824	41	4.832	36
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	-	-	4.772	39
Enguia Gen Ba Ltda	-	-	4.509	68
ECE Participações S.A.	-	-	4.504	32
Companhia Energética do Jari - CEJA	5.664	32	-	-
Linhares Geração S.A.	5.581	16	4.416	16
SJC Bionergia Ltda	-	-	4.416	18
Santa Fé Energia S.A.	-	-	4.415	20
Energest S.A.	-	-	4.309	20
Açucareira Quata	7.797	33	4.024	33
Açucareira Zillo Lorenzetti S.A.	-	-	4.024	-
Outros	216.594	1.263	133.286	964
	<b>1.948.890</b>	<b>10.519</b>	<b>1.657.838</b>	<b>10.216</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	458.632	(1.184)	660.325	(456)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	428.022	-	416.207	-
Proinfa	77.428	185	93.096	181
	<b>964.082</b>	<b>(999)</b>	<b>1.169.628</b>	<b>(275)</b>
	<b>2.912.972</b>	<b>9.520</b>	<b>2.827.466</b>	<b>9.941</b>

(i) Informações não auditadas

### b) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
<b>Pessoal</b>	<b>2.780</b>	<b>5.438</b>	<b>368.835</b>	<b>308.391</b>
Remunerações	2.637	5.256	143.012	146.954
Encargos Sociais	94	133	54.383	56.958
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	19.346	18.216
Benefícios Assistenciais	-	-	30.360	28.722
Provisões e Indenizações	26	12	121.690	57.468
Outros	23	37	44	73
<b>Previdência Privada – Celos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.352</b>	<b>13.911</b>
<b>Total</b>	<b>2.780</b>	<b>5.438</b>	<b>382.187</b>	<b>322.302</b>

### c) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se a utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo. Tais como: Telefonia, Internet, Tv a Cabo e outros.

## Notas Explicativas

### 31.3. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>5.044</b>	<b>511</b>	<b>93.873</b>	<b>130.051</b>
Renda de Aplicações Financeiras	253	500	6.536	13.234
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	42.770	58.023
Variações Monetárias	-	-	14.492	49.864
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	26.511	11.884
Deságio Fornecedor	-	-	-	71
Renda de Dividendos	4.805	4	4.805	4
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	21	216
Outras Receitas Financeiras	-	26	3.130	2.464
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(14)	(19)	(4.392)	(5.709)
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(35)</b>	<b>(38)</b>	<b>(102.392)</b>	<b>(186.161)</b>
Encargos de Dívidas	-	-	(49.474)	(67.563)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(16.857)	(21.586)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(1.538)	(3.133)
Variações Monetárias	-	-	(10.172)	(28.222)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(4.408)	(8.354)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(14.231)	(23.983)
Atualização CDE	-	-	-	(11.752)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(4.031)	(20.189)
Outras Despesas Financeiras	(35)	(38)	(1.681)	(1.379)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>5.009</b>	<b>473</b>	<b>(8.519)</b>	<b>(56.110)</b>

## 32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

### 32.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	30.06.2020	31.12.2019
<b>Circulante</b>	<b>3.490.434</b>	<b>2.133.010</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	882.525	400.090
Contas a Receber de Clientes	1.443.342	1.403.888
Estoques	13.978	14.594
Tributos a Recuperar	791.971	65.740
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	53.236	53.236
Ativo Financeiro – CVA	162.185	-
Outros	143.197	195.462
<b>Não Circulante</b>	<b>5.659.032</b>	<b>6.276.608</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>2.109.712</b>	<b>2.827.793</b>
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	480.343	523.543
Contas a Receber de Clientes	35.354	44.683
Tributos Diferidos	1.018.551	1.004.094
Tributos a Recuperar	400.544	1.090.907
Depósitos Judiciais	171.563	147.344
Ativo Financeiro – CVA	-	12.678
Outros	3.357	4.544
<b>Intangível</b>	<b>3.549.320</b>	<b>3.448.815</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.149.466</b>	<b>8.409.618</b>

## Notas Explicativas

### 32.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	30.06.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
<b>Circulante</b>	<b>3.031.526</b>	<b>2.347.280</b>
Fornecedores	765.680	989.272
Empréstimos Moeda Nacional	983.725	377.317
Empréstimos Moeda Estrangeira	4.689	6.306
Debêntures	68.266	69.644
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	261.554	211.516
Tributos a Recolher	392.658	194.446
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	56.479	47.066
Taxas Regulamentares	149.305	165.049
Mútuos (i)	90.964	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	144.218	176.528
Passivos Financeiros – CVA	-	25.142
Outros Passivos	113.988	84.994
<b>Não Circulante</b>	<b>5.447.461</b>	<b>5.548.687</b>
Empréstimos Moeda Nacional	253.746	435.718
Empréstimos Moeda Estrangeira	507.772	468.290
Debêntures	148.735	181.760
Taxas Regulamentares	182.591	187.073
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	74.551	48.186
Passivo Atuarial (CPC 33)	2.661.884	2.661.948
Provisão p/ Contingências	515.768	500.474
Passivos Financeiros – Parcela A	21.074	-
PIS/COFINS a ser Restituído a Consumidores	1.081.340	1.065.238
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>670.479</b>	<b>513.651</b>
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	920.674	930.087
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.470.026)	(1.470.026)
Lucros Acumulados	166.241	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.149.466</b>	<b>8.409.618</b>

#### (i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019 de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3. Até 30 de Junho de 2020, foram reconhecidos R\$964 mil de juros remuneratórios.

## Notas Explicativas

### 32.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.021.122</b>	<b>3.842.383</b>
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	3.582.508	4.008.428
Receita de Ativo (Passivo) Financeiro (CVA)	215.420	(416.673)
Receita de Construção – CPC 47	222.783	248.025
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	411	2.603
<b>Custos de Vendas/Serviços Prestados</b>	<b>(3.521.229)</b>	<b>(3.414.512)</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	(2.904.925)	(2.819.603)
Custo dos Serviços Prestados	(393.521)	(346.884)
Custo de Construção – CPC 47	(222.783)	(248.025)
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>499.893</b>	<b>427.871</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(233.260)</b>	<b>(246.216)</b>
Despesas com Vendas	(104.725)	(120.217)
Despesas Gerais e Administrativas	(174.591)	(161.559)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	46.056	35.560
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>266.633</b>	<b>181.655</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(11.732)</b>	<b>(55.255)</b>
Receitas Financeiras	87.673	128.182
Despesas Financeiras	(99.405)	(183.437)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>254.901</b>	<b>126.400</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(88.660)</b>	<b>(54.511)</b>
Corrente	(103.117)	(57.162)
Diferido	14.457	2.651
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>166.241</b>	<b>71.889</b>

#### 32.3.1. Receita Operacional

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receita Operacional Bruta – ROB</b>	<b>6.322.774</b>	<b>6.371.428</b>
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	2.923.040	3.527.341
Fornecimento Não Faturado	(33.384)	9.137
Suprimento de Energia Elétrica (a)	203.654	200.309
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	215.420	(416.673)
Disponibilização da Rede Elétrica	2.241.910	2.096.613
Energia de Curto Prazo	226.859	299.180
Doações e Subvenções	319.083	394.826
Receita de Construção	222.783	248.025
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	411	2.603
Outras Receitas Operacionais	2.998	10.067
<b>Deduções da Receita Operacional Bruta</b>	<b>(2.301.652)</b>	<b>(2.529.045)</b>
ICMS	(1.130.778)	(1.211.608)
PIS	(100.456)	(100.880)
COFINS	(462.710)	(464.662)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(601.540)	(712.934)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(19.032)	(18.024)
Programa Eficiência Energética – PEE	(19.032)	(18.024)
Taxa de Fiscalização	(3.787)	(3.485)
Outros Encargos	35.683	572
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>4.021.122</b>	<b>3.842.383</b>

## Notas Explicativas

### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Residencial	2.427.732	2.367.190	3.261.087	3.233.902	1.991.762	2.167.343
Industrial	112.648	108.927	4.717.077	5.193.740	667.445	838.197
Comercial	282.224	275.273	2.125.217	2.302.251	1.059.646	1.278.111
Rural	232.377	234.300	635.706	643.848	304.856	289.153
Poder Público	23.498	23.146	195.822	237.592	123.254	159.443
Iluminação Pública	3.612	815	320.231	326.929	118.355	131.776
Serviço Público	865	3.479	196.065	185.002	106.304	104.065
Reclassif. Receita Disp. Rede Elét.- Cons.Cativo	-	-	-	-	(1.481.966)	(1.431.610)
<b>Total do Fornecimento</b>	<b>3.082.956</b>	<b>3.013.130</b>	<b>11.451.205</b>	<b>12.123.264</b>	<b>2.889.656</b>	<b>3.536.478</b>
Suprimento de Energia	51	51	1.138.210	1.119.126	203.654	200.309
<b>Total</b>	<b>3.083.007</b>	<b>3.013.181</b>	<b>12.589.415</b>	<b>13.242.390</b>	<b>3.093.310</b>	<b>3.736.787</b>

(i) Informações não auditadas

### 32.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição					30.06.2020
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	2.904.925	-	-	-	2.904.925
Pessoal	228.527	88.562	29.668	12.403	359.160
Despesa Atuarial	-	30.780	-	-	30.780
Entidade Previdência Privada	8.139	3.992	1.221	-	13.352
Material	4.261	2.287	-	-	6.548
Custo de Construção	222.783	-	-	-	222.783
Custos e Serviços de Terceiros	45.572	30.826	26.061	560	103.019
Depreciação e Amortização	102.725	12.503	-	-	115.228
Provisões Líquidas	-	-	16.231	10.338	26.569
Outros Custos e Despesas	4.297	5.641	31.544	(69.357)	(27.875)
<b>Total</b>	<b>3.521.229</b>	<b>174.591</b>	<b>104.725</b>	<b>(46.056)</b>	<b>3.754.489</b>

Descrição					30.06.2019
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	2.819.603	-	-	-	2.819.603
Pessoal	182.140	78.528	30.695	5.363	296.726
Despesa Atuarial	-	23.881	-	-	23.881
Entidade Previdência Privada	8.820	3.730	1.361	-	13.911
Material	4.741	3.040	-	-	7.781
Custo de Construção	248.025	-	-	-	248.025
Custos e Serviços de Terceiros	48.673	34.142	28.348	437	111.600
Depreciação e Amortização	96.172	12.029	-	-	108.201
Provisões Líquidas	-	-	23.146	18.488	41.634
Outros Custos e Despesas	6.338	6.209	36.667	(59.848)	(10.634)
<b>Total</b>	<b>3.414.512</b>	<b>161.559</b>	<b>120.217</b>	<b>(35.560)</b>	<b>3.660.728</b>

**Notas Explicativas**

**33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G**

**33.1. Balanço Patrimonial – Ativo**

<b>Ativo</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>31.12.2019 (Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>	<b>99.324</b>	<b>189.225</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.167	137.640
Contas a Receber de Clientes	18.730	18.116
Estoques	95	102
Tributos a Recuperar	3.480	635
Adiantamento a Fornecedores	8.865	-
Despesas Antecipadas	19	134
Dividendos a Receber	-	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	32.967	32.597
Outros	1	1
<b>Não Circulante</b>	<b>611.494</b>	<b>512.019</b>
<b>Realizável à Longo Prazo</b>	<b>353.332</b>	<b>273.329</b>
Mútuos	90.964	-
Depósitos Judiciais	351	369
Tributos a Recuperar	2.096	1.938
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	257.500	258.113
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	-	10.000
Outros	-	488
<b>Investimentos</b>	<b>73.150</b>	<b>61.297</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>182.658</b>	<b>174.778</b>
<b>Intangível</b>	<b>2.354</b>	<b>2.615</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>710.818</b>	<b>701.244</b>

**33.2. Balanço Patrimonial – Passivo**

<b>Passivo</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>31.12.2019 (Reapresentado)</b>
<b>Circulante</b>	<b>77.444</b>	<b>76.249</b>
Fornecedores	5.027	7.109
Debentures	35.228	35.489
Tributos a Recolher	14.947	13.696
Taxas Regulamentares	1.001	965
Dividendos a Pagar	21.165	17.637
Outros	76	1.353
<b>Não Circulante</b>	<b>93.855</b>	<b>110.218</b>
Debentures	69.650	87.052
Tributos Diferidos	20.883	19.596
Taxas Regulamentares	2.486	2.352
Provisão p/ Contingências	836	1.218
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>539.519</b>	<b>514.777</b>
Capital Social	250.000	250.000
Reserva Legal	17.604	17.604
Reserva de Retenção de Lucros	228.493	228.493
Dividendos a Disposição da AGO	-	3.527
Ajuste de Avaliação Patrimonial	14.871	15.153
Lucros Acumulados	28.551	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>710.818</b>	<b>701.244</b>

## Notas Explicativas

### 33.3. Demonstração de Resultados

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>63.447</b>	<b>74.586</b>
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	63.447	74.586
<b>Custos de Vendas</b>	<b>(17.383)</b>	<b>(15.821)</b>
Custo de Operação	(17.383)	(15.821)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>46.064</b>	<b>58.765</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(3.553)</b>	<b>(4.971)</b>
Com Vendas	(599)	1.953
Gerais e Administrativa	(7.412)	(7.178)
Outras Despesas/Receitas Líquidas	383	(318)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.075	572
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro</b>	<b>42.511</b>	<b>53.794</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(1.796)</b>	<b>(1.328)</b>
Receitas Financeiras	2.120	5.386
Despesas Financeiras	(3.916)	(6.714)
<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>40.715</b>	<b>52.466</b>
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(12.446)</b>	<b>(17.658)</b>
Corrente	(11.160)	(13.064)
Diferido	(1.286)	(4.594)
<b>Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>28.269</b>	<b>34.808</b>

#### 33.3.1. Receita Operacional

Descrição	30.06.2020	30.06.2019
<b>Receita Operacional Bruta – ROB (a)</b>	<b>70.811</b>	<b>82.538</b>
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	13.563	11.837
Fornecimento de Energia Elétrica (b) – Industrial – Não Faturado	106	(887)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	4.164	3.794
Suprimento de Energia Elétrica	31.215	37.666
Suprimento de Energia Elétrica (b) – Não Faturado	(39)	(687)
Energia Elétrica de Curto Prazo	4.881	8.484
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	16.921	22.331
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(7.364)</b>	<b>(7.952)</b>
PIS	(1.140)	(1.207)
COFINS	(5.252)	(5.561)
Taxa Fiscalização ANEEL	(141)	(136)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(450)	(458)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(381)	(590)
<b>Receita Operacional Líquida – ROL</b>	<b>63.447</b>	<b>74.586</b>

#### a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019
Industrial	8	8	63.887	52.274	13.669	10.950
Comercial, Serviços e Outros	1	1	25.634	24.482	4.164	3.794
Suprimento de Energia	52	47	229.703	247.610	31.176	36.979
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	19.228	39.701	4.881	8.484
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	16.921	22.331
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>56</b>	<b>338.452</b>	<b>364.067</b>	<b>70.811</b>	<b>82.538</b>

(i) Informações não auditadas

#### 33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços		Despesas Gerais e Administrativas		Despesas de Vendas		Outras Despesas/Receitas Líquidas		Total
	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	30.06.2020	30.06.2019	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	9.674	-	-	-	-	-	-	-	9.674
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.136	-	-	-	-	-	-	-	1.136
Pessoal	1.145	5.440	-	-	310	-	-	-	6.895
Material	151	36	-	-	-	-	-	-	187
Custos e Serviços de Terceiros	2.784	1.290	-	-	310	-	-	-	4.384
Depreciação e Amortização	2.515	461	-	-	-	-	-	-	2.976
Seguros	115	-	-	-	-	-	-	-	115
Provisões Líquidas	-	-	-	-	(58)	-	(383)	-	(441)
Tributos	(137)	50	-	-	37	-	-	-	(50)
Aluguéis	-	135	-	-	-	-	-	-	135
<b>Total</b>	<b>17.383</b>	<b>7.412</b>	<b>599</b>	<b>(383)</b>	<b>599</b>	<b>(383)</b>	<b>(383)</b>	<b>(383)</b>	<b>25.011</b>



## Notas Explicativas

	30.06.2019				
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	9.328	-	-	-	9.328
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.162	-	-	-	1.162
Pessoal	527	5.205	495	-	6.227
Material	106	113	-	-	219
Custos e Serviços de Terceiros	2.681	1.054	305	-	4.040
Depreciação e Amortização	2.223	433	-	-	2.656
Seguros	115	-	-	-	115
Provisões Líquidas	-	-	(2.849)	(1.442)	(4.291)
Tributos	(170)	49	96	-	(25)
Aluguéis	-	245	-	-	245
Outros Custos e Despesas	(151)	79	-	1.760	1.688
<b>Total</b>	<b>15.821</b>	<b>7.178</b>	<b>(1.953)</b>	<b>318</b>	<b>21.364</b>

## 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 34.1. Pandemia do Coronavírus

#### 34.1.1. Ações no Setor Elétrico

No dia 21 de julho de 2020, foi aprovada a Resolução Normativa nº 891, decorrente do resultado da Consulta Pública – CP nº 38/2020. De acordo com as novas regras, diversas atividades tiveram que ser retomadas pelas distribuidoras, a partir de 1º de Agosto de 2020, como o atendimento presencial ao público, a entrega da fatura impressa e o cumprimento de prazos e indicadores anteriormente exigidos. Contudo, eventuais restrições devem continuar sendo discutidas com as autoridades locais de saúde, que possuem competência legal para avaliar a viabilidade da execução dos serviços no contexto das restrições frente à pandemia.

A ANEEL decidiu, também, manter a proibição de cortes de energia por falta de pagamento para os consumidores classificados como “Baixa Renda” enquanto durar o estado de emergência da pandemia. Conforme o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, esse prazo segue até o final de 2020. Contudo, a partir de 1º de Agosto de 2020, voltou a ser permitida a possibilidade de cortes de energia por falta de pagamento para consumidores residenciais e para os relacionados ao fornecimento de energia aos serviços e atividades considerados essenciais, desde que sejam reavaliados.

Permanece a proibição de corte para alguns grupos de consumidores enquanto durar o estado de emergência da pandemia: Consumidores de baixa renda, Unidades onde more pessoa que dependa de equipamentos elétricos essenciais à preservação da vida, Unidades que deixaram de receber a fatura impressa sem autorização do consumidor e aqueles em locais sem postos de arrecadação em funcionamento ou nos quais a circulação de pessoas seja restringida por ato do Poder Público. Além disso, de acordo com a Lei Federal nº 14.015, de 15 de junho de 2020, é proibido efetuar cortes por falta de pagamento às sextas, aos sábados, aos domingos, nos feriados e nos dias que antecedem feriados.

Os requisitos e prazos de prestação de serviços para regularização de atividades das distribuidoras passam a ser exigidos e cobrados novamente. Assim, estão previstos, até 31 de Agosto de 2020, os serviços solicitados pelo consumidor e ainda não atendidos, inclusive ressarcimento por danos em equipamentos, e, até 31 de outubro de 2020, os pagamentos de compensação pela violação dos indicadores de continuidade, com atualização monetária calculada com base no IGP-M. Fica mantida a proibição de cancelamento da tarifa social de energia elétrica e seu reinício será realizado de acordo com as disposições do Ministério da Cidadania.

#### 34.1.2. Conta-Covid

O Despacho ANEEL nº 2.086, de 21 de julho de 2020, aprovou os contratos de operação de crédito da Conta-Covid, regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de dia 23 de junho de 2020. As negociações estão sendo feitas entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e 16 instituições financeiras, conforme previsto no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020. A decisão do Órgão Regulador detalha os aspectos técnicos e jurídicos dos contratos, amplamente discutidos e aprimorados em diálogo intenso entre a Agência, a CCEE e as instituições financeiras. Durante a discussão, foram estabelecidas as garantias, o valor bruto da linha de crédito aberta, a remuneração, a forma de cálculo, a aplicação de juros e multa de mora, o período de carência, o prazo de amortização, a destinação dos recursos e os documentos necessários para a operação.

No dia 31 de julho de 2020, a Celesc D recebeu da CCEE o valor de R\$583,2 milhões referente ao requerimento efetuado e descrito na Nota 1.2.1, item “b”.

#### 34.1.3. Ações da Companhia

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 16 de julho de 2020, aprovou a liberação de R\$25,0 milhões para gastos em Materiais, Serviços e Outros (MSO), mantendo ainda contingenciado o valor de R\$41,1 milhões, que representa 11% do montante do orçamento original para esse fim.



## Notas Explicativas

### 34.2. Passagem do Ciclone Bomba

De acordo com o Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina – CIRAM, entre os dias 30 de junho e 1º de julho de 2020, ventos com velocidade superior a 100 km/h foram registrados em diversas regiões do Estado. O fenômeno climático teve destaque pela ampla área atingida, pela duração prolongada em algumas regiões e pela quebra de recorde de intensidade dos ventos, que no município de Siderópolis teve registro de 168,8 km/h.

Por meio do Decreto Estadual nº 700, de 2 de julho de 2020, foi decretado estado de calamidade pública nas áreas dos municípios afetados pelo evento classificado como Ciclone Bomba.

O rastro de destruição deixado pelo fenômeno “varreu” Santa Catarina e foi considerado o pior desastre com ventos da história do Estado, superando os estragos deixados pelo Furacão Catarina, em 2004, e pelo Tornado Xanxerê, em 2015, segundo Nota Meteorológica da Defesa Civil, causando os maiores danos já registrados no sistema elétrico de distribuição, afetando, inclusive, os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

O ciclone trouxe grandes prejuízos à população, afetando, sobretudo, o fornecimento de energia elétrica em toda Santa Catarina, deixando mais de 1,5 milhões de unidades consumidoras às escuras. Árvores, postes e placas caíram sobre a rede de distribuição e vias de acesso, provocando problemas graves na recomposição do sistema, tendo como agravante o rompimento do cabo de fibra ótica, que atingiu o sistema de telecomunicação da Companhia e de outras distribuidoras que atendem o sul do país.

Com o trabalho de 300 equipes e aproximadamente 1.300 profissionais, em 24 horas mais de 1 milhão de unidades consumidoras tiveram a situação restabelecida. A continuidade ininterrupta dos trabalhos permitiu a recomposição da situação de 93,54% do sistema elétrico após 48 horas da passagem do fenômeno, sendo que, após 120 horas, esse índice já alcançava 99% das unidades consumidoras.

A total recomposição do sistema elétrico ocorreu após 20 dias de trabalho, pois os locais que restavam sem atendimento, após os primeiros 5 dias do evento, apresentavam extrema dificuldade de acesso.

O trabalho, agora, está sendo concentrado no levantamento dos custos referentes aos materiais e aos serviços empregados na realização da atividade, onde cálculos preliminares apontam para um valor estimado de R\$11 milhões. Diante do fato da maior parte da recomposição do sistema elétrico ter sido efetuada por meio de reconstrução da rede de distribuição, o entendimento é que aproximadamente 70% desse gasto seja apontado para Capex (investimento) e 30% para Opex (despesa).

O resultado final do levantamento dos custos e suas destinações de apontamento será finalizado até 31 de agosto de 2020 e encaminhado ao Conselho de Administração da Companhia para aprovação.

### 34.3. Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.746 de 28 de julho de 2020, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

A RAG, definida no processo de revisão tarifária periódica, contempla:

- GAG – Custo da Gestão de Ativos de Geração;
- Aji – Ajuste de Indisponibilidade Apurada ou pelo Desempenho Apurado, conforme modalidade de operação definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- EU – Encargo de Uso do Sistema de Distribuição ou Transmissão;
- EC – Encargo de Conexão de responsabilidade da concessionária para o ano seguinte;
- OE – Outros Encargos.

O Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG comporta os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização. Estes custos estão contemplados na forma de GAG para Custos Operacionais, GAG para Custos de Capital por Investimentos em Melhorias, GAG para Custos da Gestão de Ativos de Geração, decorrente de ampliações executadas nas usinas hidrelétricas e GAG para Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis.

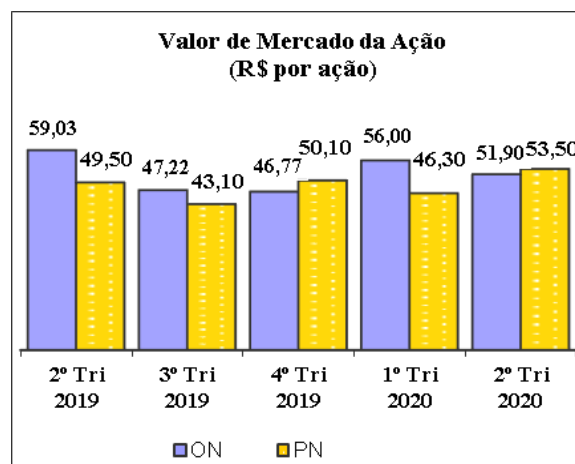
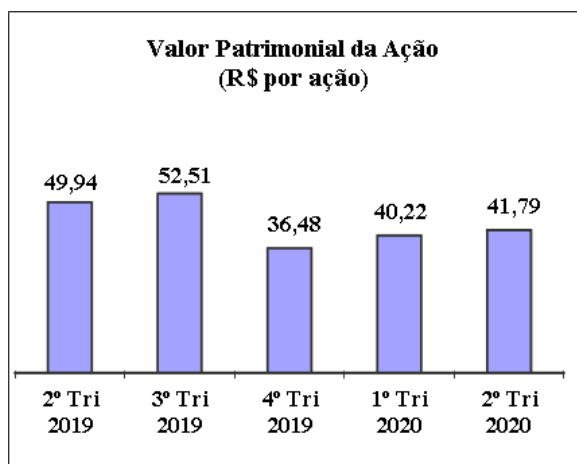
As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$)	Receita Mensal (R\$)
	Ciclo 2020/2021	Ciclo 2020/2021
UHE Pery	10.474.530,55	872.877,55
UHE Garcia	10.821.565,74	901.797,14
UHE Bracinho	13.725.718,15	1.143.809,85
UHE Cedros	9.808.376,89	817.364,74
UHE Palmeiras	21.243.017,34	1.770.251,44
UHE Salto	6.739.359,83	561.613,32

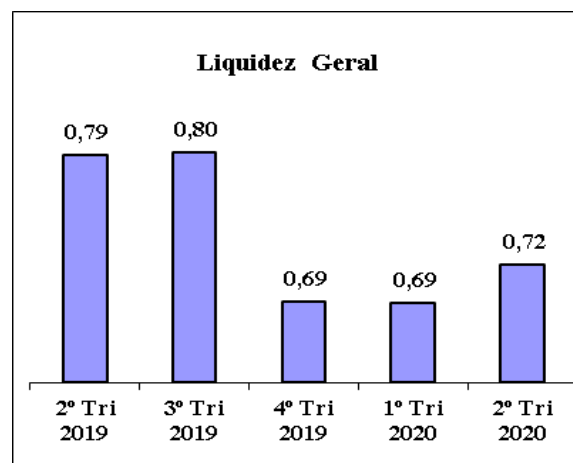
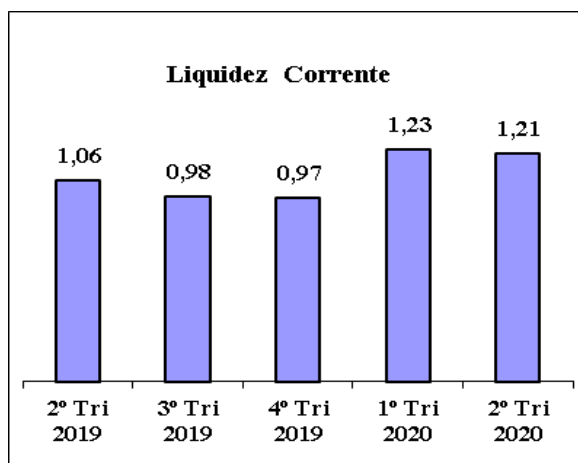
## 1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

(Informações não Auditadas)

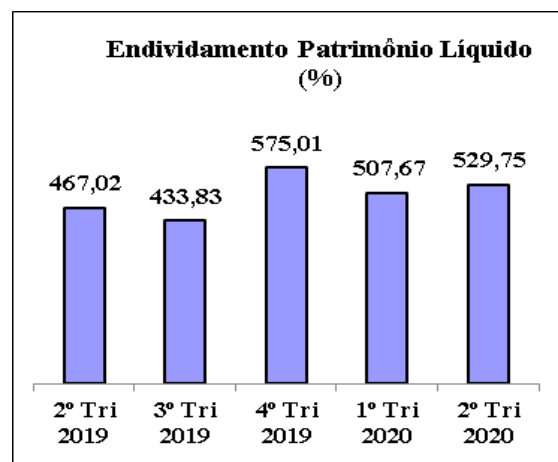
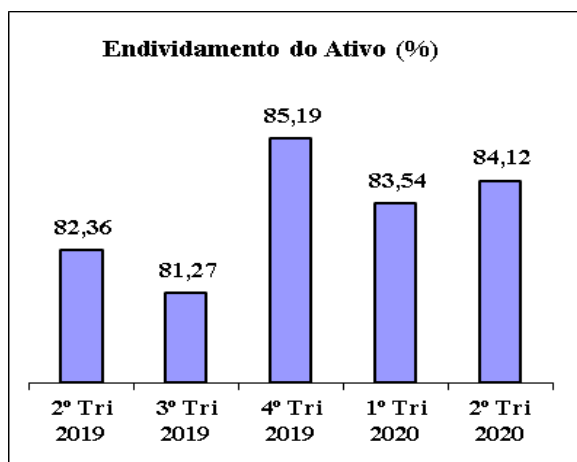
### 1.1. Patrimoniais



### 1.2. Liquidez

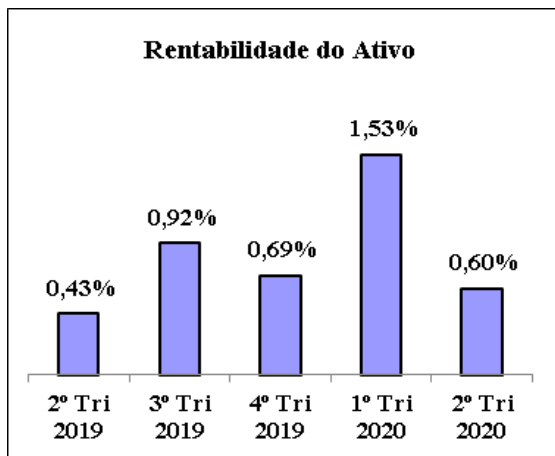
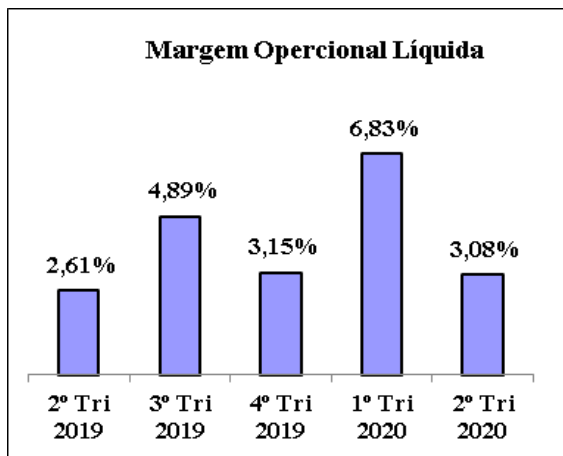
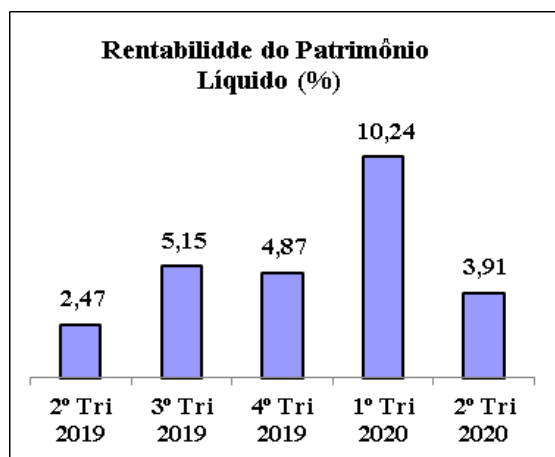
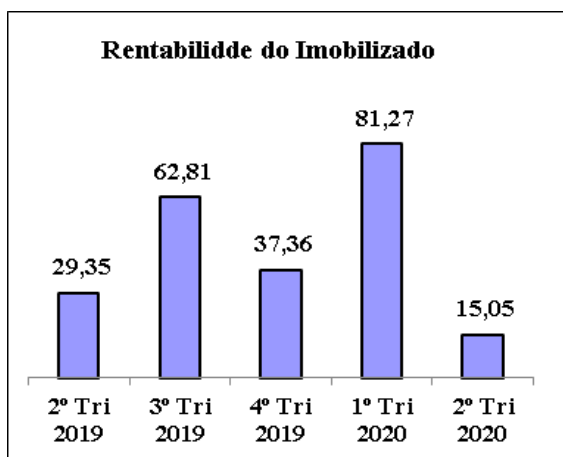


### 1.3. Endividamento

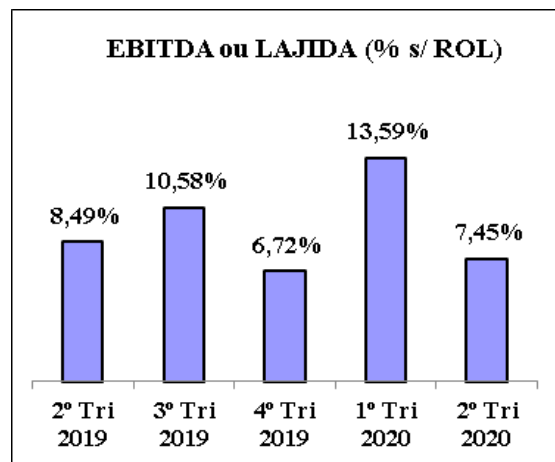
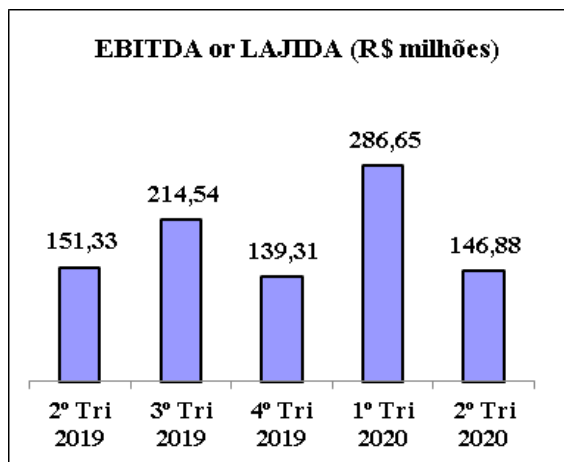


## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.4. Rentabilidade

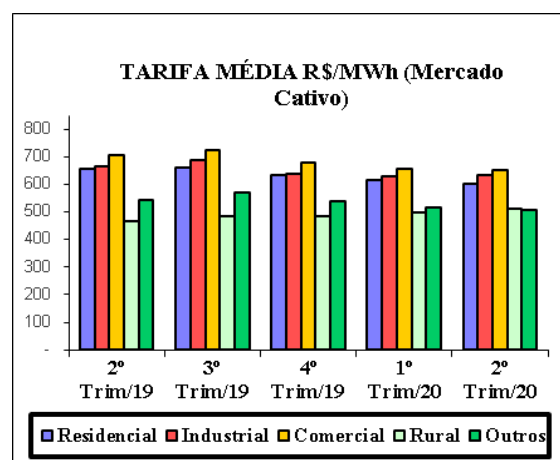
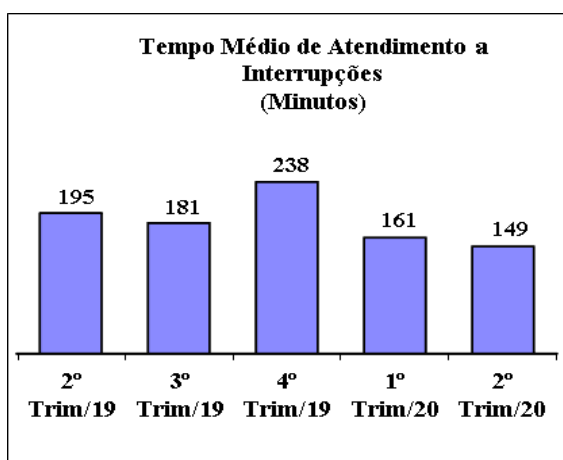
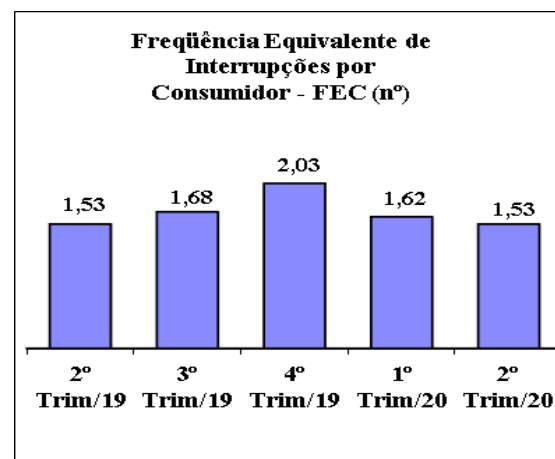
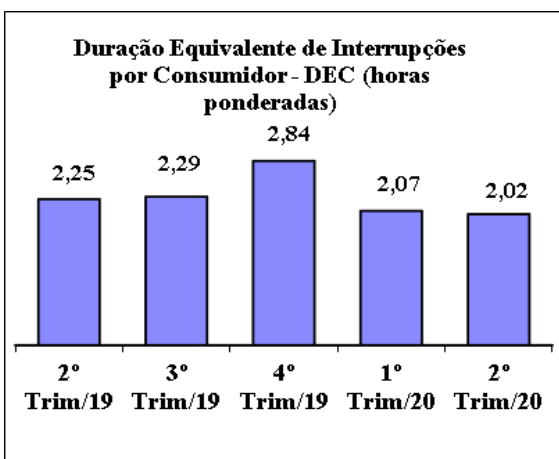
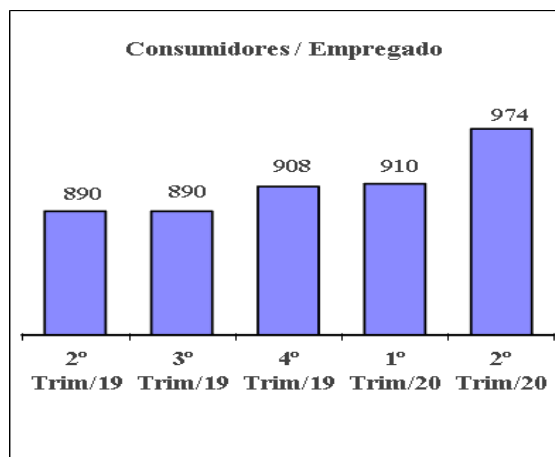
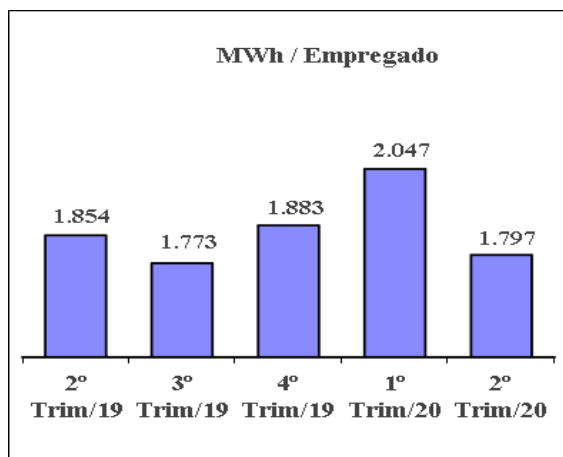


### 1.5. EBITDA ou LAJIDA



## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### 1.6. Eficiência



## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

.

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

.

Introdução

.

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas Demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

.

Alcance da revisão

.

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

.

Conclusão sobre as informações intermediárias

.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

.

Outros assuntos

.

Demonstrações do valor adicionado

.

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

.

.

Florianópolis, 13 de agosto de 2020

.

.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

.

.

Leandro Sidney Camilo da Costa

Contador CRC 1SP 236051/O-7

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2o trimestre de 2020.

.

.

Cleicio Poleto Martins

Diretor Presidente

.

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor Comercial

.

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

.

Pablo Cupani Carena

Diretor de Gestão Corporativa

.

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.

Marcos Penna

Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.

.

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 2o trimestre de 2020.

.

.

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

.

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor Comercial

.

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

.

Pablo Cupani Carena

Diretor de Gestão Corporativa

.

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.

Marcos Penna

Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.

.

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8